



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 07/19
2019-06-19

ATA Nº 07/19

3ª Sessão Ordinária

19 de junho de 2019

--- No dia dezanove de junho de dois mil e dezanove, no Palácio Municipal de Valenças, em Sintra, pelas 19.30 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 3ª Sessão Ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

---1. a) Expediente e informações;

--- b) Apreciar e votar:

- Ata n.º 04/19 referente à 3ª sessão ordinária realizada em 8 de abril de 2019. -----

--- 2. Apreciar a atividade municipal nos termos da alínea c), nº 2 do Artigo 25º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.-----

--- 3. Deliberar sobre a transferência das novas competências, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 513-P/2019.-----

--- 4. Apreciar e votar a 3.ª revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2019 da Câmara Municipal, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 503A-P/2019.-----

--- 5. Apreciar e votar a repartição de encargos e respetiva assunção de compromissos plurianuais de despesa inscritos nas rubricas das Grandes Opções do Plano e Orçamento, nos termos da respetiva proposta. Proposta nº 504A-P/2019.-----

--- Presentes, dos **Membros da Mesa**, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto, Presidente da Assembleia, Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês, 1ª Secretária e Cláudia Sofia Monteiro da Silva, 2ª Secretária.

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIALISTA – **PS**: António Luís Oliveira dos Santos Lopes, Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo; José Miguel Portelinha Vaz; Carlos Alberto Ramos; Ricardo Manuel de Carvalho Varandas dos Santos; Antonieta Rosa Gomes; Maria Helena Correia Pissarro Cardoso; Maria Infância Silva; Alcino Afonso Alves; Filipe Dias Barroso; e Mariana Almada Burgette. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA – **PPD/PSD**: Ana Isabel Pais Pacheco Valente; Rui Miguel Magalhães Castelhana; Marília Rosa Garraz Valente de Sousa Rocha; Adolfo Miguel Delgado dos Reis; Francisco Pinho Duarte; e Domingos Manuel Miguel Rodrigues. -----

--- Pelo Grupo Político Municipal do CENTRO DEMOCRÁTICO E SOCIAL/PARTIDO POPULAR – **CDS/PP**: Eunice da Conceição Baeta; Maurício Veríssimo Rodrigues; António Manuel Branco Nunes; Ana Mafalda Serra Gomes Plácido.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal da COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA – **CDU**: Jacinto Higino Domingos; e Rogério Duarte Cassona; -----

--- Pelo Grupo Político Municipal do BLOCO DE ESQUERDA – **BE**: André Aurélio Marona Beja e Marisa

.../...

Andreia de Almeida Laneiro.-----

--- Pelo Grupo Político Municipal PESSOAS/ANIMAIS/NATUREZA – **PAN** – Bernardo Ramos Gonçalves; --

--- Pelo Grupo Político Municipal do PARTIDO DA TERRA – **MPT**: Adriano Caetano Filipe. -----

--- Representantes das **FREGUESIAS**: Valter Manuel Antunes Januário – Algueirão - Mem Martins; Mário Pedro Mora Lopes dos Santos – Casal de Cambra; Pedro Manuel Silva Filipe – Colares; Bruno Alexandre Nobre Parreira – Rio de Mouro; Carlos Miguel Nunes Casimiro Pereira – União de Freguesias de Aqualva e Mira Sintra; Rui Alexandre de Jesus Maximiano – União de Freguesias de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar; Paulo José Barroso Adrego – União de Freguesias de Cacém e São Marcos; Pedro Alexandre de Oliveira Brás – União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão; Paula Alexandra de Almeida da Cunha Alves – União de Freguesias de Queluz e Belas; Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão – União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem; e Manuel Fernando Alves Pereira – União de Freguesias de Sintra (Santa Maria e São Miguel, São Martinho e São Pedro de Penaferrim).-----

--- A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França. Encontravam-se presentes os seguintes Vereadores: Rui José da Costa Pereira; Maria da Piedade de Matos Pato Mendes; Domingos Linhares Quintas; Eduardo Quinta Nova; Ana Isabel Neves Duarte; Marco Paulo Caldeira de Almeida; Maria Paula Gomes Pinto Simões; Carlos Parreiras Fernandes; e Andreia Filipa Bernardo. -----

--- Verificada a existência de quórum com a presença de **41** deputados municipais, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.-----

--- **COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA:**-----

--- Pedidos de substituição para a presente sessão:-----

--- Da Deputada Municipal Lúcia Maria Gonçalves Lino Veigas, do PPD/PSD, pelo Deputado Francisco Pinho Duarte, dado que os Deputados Ana Paula Catarino e Francisco Hermínio dos Santos, que o antecederem na lista, pediram igualmente a sua substituição.-----

--- Da Deputada Municipal Joana Sofia Santos Lopes, do PS, para a presente Sessão, pelo Deputado Alcino Afonso Alves, dado que o Deputado Hugo Lopes dos Santos, que o antecede na lista, pediu igualmente a sua substituição.-----

--- Do Deputado Municipal Hugo Miguel dos Reis Frederico, do PS, pelo Deputado Filipe Dias Barroso dado que a Deputada Sara Godinho, que o antecede na lista, pediu igualmente a sua substituição.-----

--- Do Deputado Municipal Ricardo Manuel Parente de Campos, do PS, pela Deputada Mariana Burguete dado que os Deputados Maria de Lurdes Pedroso, Pedro Miguel Pereira e Ana Carioca, que a antecederem na lista, pediram igualmente a sua substituição.-----

--- Do Deputado Municipal António Manuel Rodrigues Gouveia, do PPD/PSD, pelo Deputado Domingos Rodrigues.-----

--- Da Deputada Municipal Maria Helena de Oliveira e Carmo, do BE, pela Deputada Marisa Andreia de Almeida Laneiro, dado que o Deputado Amílcar Moraes, que a antecede na lista, pediu igualmente a sua substituição.-----

--- Da Deputada Municipal Inês Baeta Vivaldo, do CDS/PP, pela Deputada Ana Mafalda Gomes Plácido, dado que os Deputados Miguel Ângelo Fonseca e Susana Carvalho, que a antecederem na lista, pediram

igualmente a sua substituição.-----

--- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.**-----

--- O munícipe **Pedro Miguel Leal de Sá Martins** referiu: O que me trás aqui é um processo de urbanismo que está parado desde dezembro do ano passado, o que é muito complicado para nós porque, como se sabe, o tempo é dinheiro, e esta paragem está a causar-nos algum prejuízo. No fundo, a minha intervenção é a de sensibilizar a Câmara para que o processo possa ter seguimento, dado que não há nenhum impedimento legal, nem sequer do ponto de vista do próprio projeto porque isto está inserido num alvará de loteamento em que está tudo perfeitamente definido. Tive reuniões com os técnicos, mas como anda pelos Serviços da Câmara ninguém sabe exatamente onde é que anda o processo. Portanto, a minha intenção é sensibilizar a Câmara para, falando com quem de direito, dar seguimento ao processo que está em nome de uma empresa. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: O seu pedido refere-se a um pedido de certidão, e a mesma já tinha sido emitida com data de 16 de julho de 2018. O pedido 840/2018 foi objeto, após a data de 1 de fevereiro de 2019, indicada pelo senhor, a conferência de serviços, entretanto já realizada em 22 de fevereiro de 2019: "Verifica-se, igualmente, ter sido o titular do processo notificado em 1 de fevereiro de 2019, no sentido de completar o pedido com alguns elementos. Foi, na presente data, o titular do processo notificado do teor da informação em anexo, uma vez que não juntou ao processo qualquer elemento após ter sido notificado para o efeito, em 1 de fevereiro de 2019, conforme acima referido. Face ao acima exposto, foi dado ao requerente, a título excecional, a oportunidade de entregar novamente os elementos solicitados, em 1 de fevereiro, tendo para o efeito os Serviços notificado o mesmo, em 18 de junho de 2019, para entregar esses mesmos elementos, os quais são imprescindíveis para uma análise correta e cabal do pedido. Findo o prazo concedido sem que sejam novamente entregues quaisquer elementos de resposta, será proposto o indeferimento do presente pedido de licenciamento." Está notificado disso. -----

--- O munícipe **Pedro Miguel Leal de Sá Martins** referiu: Senhor Presidente, eu não tenho conhecimento de nada, não recebemos nenhuma notificação, e não sei se terá havido alguma confusão, informando os Serviços sobre outro processo qualquer em que eu tenha algum interesse, porque sobre este processo não temos absolutamente nada. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Senhor Pedro Miguel Martins, talvez a solução seja o senhor obter a versão escrita do que o senhor Presidente da Câmara acabou de anunciar e, a partir daí, fazer as diligências necessárias para resolver a situação. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Se me permite, senhor Presidente da Assembleia, está ali a senhora Diretora responsável pelo Serviço que falará consigo, senhor Pedro Martins, e lhe dará todos os elementos para o ajudar a resolver o seu problema. -----

--- O munícipe **Carlos Miguel Fernandes** referiu: Começo a minha intervenção por sugerir à Câmara Municipal de Sintra que se preste uma homenagem a um amigo perdido, José Estrela Duarte. Perdeu-se

um grande homem, um grande autarca e, também, uma pessoa que teve um papel importante no País, faceta esta que é para muitos desconhecida, mas que eu tive o privilégio de ter tido conhecimento. Quero partilhar que, numa das últimas conversas que tivemos sobre o estado da Freguesia, Estrela Duarte referiu que gostava que a pintura do Castelo dos Mouros fosse efetuada na fachada do muro de sustentação da Escola Básica do Cacém nº.1. Esse mural de pintura ligará muito bem com o que já está feito na Aqualva. Como é do conhecimento do senhor Arquiteto Carlos Casimiro, há pessoas que se deslocam de propósito para fotografar os painéis existentes junto à Escola Ferreira Dias. Esta é uma das minhas sugestões. -----

--- Na Ata nº.5, de 2019, foi referido um programa muito importante que vai ser implementado, que é o Programa Municipal de Combate à Morte Súbita. Já há novidades sobre este Programa? -----

--- Sobre um tema muito em voga atualmente, as trotinetes, pretendo saber como é que está a correr o piloto com uma empresa que se propôs funcionar em Sintra? -----

--- Outro tema que é suposto ter terminado agora, a 31 de maio, que era a data limite para resolver o assunto, diz respeito ao Teatro da Portela. Esse processo já terminou? -----

--- Uma outra situação diz respeito ao Programa Solidário Ginásio Cerebral. Vai ser implementado em breve? Já está a ser implementado? Todos nós sabemos que a atividade física e mental é muito importante em qualquer idade, e assume maior importância e relevância após os 50 anos. A população portuguesa é, infelizmente, muito sedentária, pelo que é importante mudar esse registo, sendo o exercício um dos mais importantes fatores de saúde. Em muitos países, o que está a ser feito são várias modalidades como o *yoga*, *gym-memory*, *tai-chi*, *walking football*, natação, caminhada, ténis de mesa, entre outras. Como é que isto é financiado? Pelo mecenato, pela Câmara e, eventualmente, pelas próprias pessoas. -----

--- Um outro projeto que é importante para a Câmara, mas também para as Freguesias, verifiquei que a Câmara não faz parte do projeto *wifi for european union*! Existe algum projeto desse âmbito onde pudesse ser enquadrada a cobertura, por exemplo, nos espaços públicos das Freguesias? Posso dar um exemplo de uma mais-valia dessa disponibilização: se houvesse *wifi* na Ribeira das Jardas poderia haver rega automatizada por essa via. -----

--- Pretendo, também, saber se a Câmara está a tomar medidas, ou vai tomar, no sentido da retirada dos aglomerados de cabos dos operadores de comunicações e energia nas paredes de edifícios e no espaço público? São múltiplos os casos que podemos encontrar no nosso dia-a-dia. -----

--- Sou um utilizador dos novos mercados municipais, e pretendo saber se está prevista alguma política de dinamização destes espaços? Dou exemplos como: a disponibilização de entregas gratuitas ao domicílio, suportadas eventualmente, ou pelo orçamento municipal, ou pelos próprios comerciantes; dinamização através da colocação de *reverse vending machines*, que atribuam benefícios aos utilizadores dos mercados para poderem comprar nos espaços. -----

--- Tem existido, felizmente, muita evolução na recolha e tratamento do lixo urbano, e as *smart cities* têm apostado em vários modelos como, por exemplo, os novos tipos de contentores. O que é que Sintra está a fazer nesse âmbito? Vamos ter novos tipos de contentores, como por exemplo um *chip* para medir a capacidade existente no sentido de otimizar as rotas? Vamos ter contentores com autolavagem? Vamos ter o novo ecoponto castanho em todo o Município? -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Senhor Carlos Fernandes, eu quero pedir-lhe o seguinte: quando fizer intervenções destas, tão úteis como esta, nesta Assembleia, eu pedia-lhe o favor de, com alguma antecedência, nos dar conhecimento delas para podermos estudá-las e responder-lhe com a profundidade e a consistência que as suas perguntas merecem.

Entretanto, posso dizer-lhe que o projeto piloto das trotinetes vai acabar, sendo a altura para fazermos uma ponderação mais global, também no âmbito do Plano de Mobilidade e Trânsito sobre as trotinetes, em relação à respetiva regulamentação; e não apenas das trotinetes, mas de todos os veículos que necessitam de disciplina do trânsito, sem a qual nós vivemos em anarquia. -----

--- Em relação aos cabos, não vamos hesitar em fazê-lo, nós vamos mesmo retirá-los das ARU's. Em alguns casos teremos que falar com a EDP e com outras entidades, mas todos os cabos que nós pudermos tirar em Áreas de Reabilitação Urbana não deixaremos de o fazer – e temo-lo feito. -----

--- Em relação aos Mercados, há um Programa de dinamização dos Mercados, da responsabilidade do Dr. Quintas, desde logo, no Mercado Municipal de Sintra, na Estefânia. Todavia, há que realizar um estudo aturado no âmbito dos Mercados, tendo em consideração um prejuízo anual de 300 mil euros que estes acarretam para a Câmara, estudo esse que visa o atenuar desse mesmo prejuízo. -----

--- Quanto aos contentores, a partir de janeiro haverá um grande aumento de contentores enterrados, e também novos veículos, como já havia sido transmitido. Em linhas gerais, é isto, mas qualquer questão que queira ver mais detalhada, fará o favor de dizer, e nós responder-lhe-emos com muito gosto. -----

--- Foi declarado aberto o **PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS**. -----

--- Foi apresentado um Voto de Pesar pelo falecimento de José Estrela Duarte, subscrito pelo Grupo Político Municipal do PS (**doc. nº 1**).-----

--- Foi apresentada uma Moção, subscrita pelo Grupo Político Municipal do BE, titulada “Pela suspensão do projeto de Revisão de Regulamento de Trânsito e Estacionamento de Sintra” (**doc. nº 2**).-----

--- Foi apresentada uma Moção, subscrita pelo Grupo Político Municipal do BE, titulada “Voto de protesto pela redução de comboios na Linha de Sintra no período de verão” (**doc. nº 3**).-----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Vamos entrar no período de Antes da Ordem do Dia com a apresentação das duas Moções apresentadas pelo Bloco de Esquerda, e um Voto de Pesar pelo falecimento de José Estrela Duarte, um amigo de muitos de nós, um amigo de muitos anos. Convido o Partido Socialista a fazer a leitura do Voto de Pesar pelo falecimento de José Estrela Duarte. -----

--- A **Deputada Cristina Sofia Nunes Mesquita Grilo**, do **PS**, referiu: Voto de Pesar pelo falecimento do amigo José Estrela Duarte: “ No passado dia 12 de junho, deixou-nos o autarca e amigo, José Estrela Duarte.-----

--- José Estrela Duarte nasceu no dia 23 de fevereiro de 1949, na Freguesia do Cercal, Concelho de Santiago do Cacém, tendo escolhido como sua terra, e há mais de 20 anos, a Freguesia de São Marcos. Foi Analista de Crédito no Instituto Luso-fármaco, entre 1963 e 1969. Desempenhou vários cargos de direção na Philips, entre 1970 e 1991, e foi ainda Gestor da Qualidade / Automation Manager Human Resources & Communication, da Origin Taguspark e Origin Portugal, entre 1994 e 2000, ano em que se reformou. -----

--- Em São Marcos, foi dirigente associativo durante vários anos, tendo assumido a Presidência da Assembleia Geral da Associação Amigos de São Marcos. -----

--- Autarca do Partido Socialista da cidade de Agualva-Cacém, desde 2001, assumiu a Presidência da Junta

de Freguesia da União de Freguesias do Cacém e São Marcos, de 2013 até ao dia em que nos deixou. ---
 --- Um autarca dedicado à sua terra que tanto estimava. Homem dedicado às suas gentes, a quem sempre ofereceu uma palavra de conforto. -----

--- Bom ouvinte. Tinha essa enorme capacidade. Saber ouvir. Escutava todos aqueles que por diversas razões o procuravam ou o abordavam, quando com ele se cruzavam. Dotado de uma enorme sensibilidade, deixava-se facilmente contagiar e envolver pelos inúmeros problemas com que diariamente se confrontava na sua vida de autarca, reagindo sempre com a mesma interrogação: “Como podemos ajudar?”. E terminava, deixando o alento da garantia e do compromisso: “ajudaremos naquilo que pudermos!” -----

--- Noutras ocasiões, em muitas outras ocasiões, simplesmente ouvia quando os que o instavam só precisavam de alguém que os escutasse. E com a sua incansável paciência dava conforto escutando. -----

--- José Estrela Duarte foi um autarca que serviu de forma exemplar a causa pública com elevado espírito humanista e altruísta. Solidário com o próximo, Homem genuíno, frontal, irreverente e inesperado, não se privando de dizer o que pensava e sentia sem temer nada nem ninguém, granjeando, por esse motivo, o respeito e a admiração de todos os quadrantes políticos. A comunidade do Cacém e São Marcos, a cidade de Aqualva-Cacém, devem-lhe muito. Mesmo nos momentos de maior debilidade física permaneceu firme e confiante, nunca desistindo de fazer aquilo de que tanto gostava: servir a sua terra e as suas gentes. -----

--- Foi, nos últimos anos, um lutador, um exemplo de força, de persistência e de determinação que brotavam da sua enorme vontade de viver. Partiu um homem bom, um bom amigo. Um dedicado marido. Um orgulhoso pai, um extremoso avô. Tal como na vida, onde surpreendia sempre, quis o destino que partisse de igual forma, inesperadamente, sem aviso prévio, sem nos dar a oportunidade de uma despedida. -----

--- Amigo e camarada Estrela, em nome de todos os eleitos do PS desta Assembleia Municipal, queremos agradecer-te a grande caminhada que fizemos e os bons momentos que partilhaste connosco. A tua força, determinação e humanismo serão sempre, para nós, autarcas socialistas, uma fonte de inspiração. Imbuídos desses valores que nos transmitiste, iremos continuar a servir aqueles que em nós confiaram honrando, desta feita, a tua memória. -----

--- Presidente Estrela, já sentimos a tua falta! Até sempre, amigo Zé! -----

--- O Grupo Político Municipal do PS manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do nosso estimado amigo e autarca, José Estrela Duarte, endereçando a todos os eleitos da União de Freguesias do Cacém e São Marcos, e sobretudo à sua família – sua esposa, filhas e netos –, as nossas sentidas condolências, solicitando a realização de um minuto de silêncio em sua homenagem e memória. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: A título excecional, dizer que é com grande emoção e profundo desgosto que, em meu nome pessoal e em nome da Vereação, associamo-nos inteiramente a este Voto de Pesar, tendo demonstrado este sentimento quando a Câmara fez luto e pôs a bandeira a meia-haste. O desaparecimento de José Estrela Duarte é uma perda irreparável e insubstituível. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Gostava também de, em nome da Assembleia Municipal e, julgo, no de todos os colegas, dirigir uma palavra de condolências à Família do nosso camarada Estrela Duarte, ao Presidente da União de Freguesias de Cacém e São Marcos e ao Partido Socialista. -----

--- O **Presidente da União de Freguesias de Cacém e São Marcos, Deputado Paulo José Barroso**

Adrego, referiu: Neste momento de grande tristeza, perda e dor para a nossa Freguesia e para o nosso Concelho pelo falecimento do nosso Presidente, José Estrela Duarte, vem o executivo da União de Freguesias de Cacém e São Marcos agradecer a V.exas. todas as manifestações de solidariedade e apoio demonstrado. Este desaparecimento trágico ir-nos-á motivar ainda mais a dar continuidade ao projeto e obra deste grande Senhor. -----

--- O **Presidente da Assembleia Municipal, Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto**, referiu: Senhor Deputado Paulo Adrego, desejar-lhe, em nome da Assembleia Municipal, as maiores felicidades no exercício das suas funções como Presidente da União de Freguesias de Cacém e São Marcos que, agora, vai iniciar. -----

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Nunca convivi muito com o José Estrela Duarte, embora o conhecesse de há alguns anos, pelo que tenho dificuldade em me pronunciar sobre o seu carácter e forma de estar. O que eu quero é prestar a nossa homenagem a José Estrela Duarte, e manifestar a nossa solidariedade, quer junto do Partido Socialista, quer dos habitantes da Freguesia de Cacém e São Marcos, quer à família enlutada. Era um autarca com quem nós, aqui, nesta Assembleia, divergimos muitas vezes, mas sempre prevalecendo um correto relacionamento entre nós. Assim, face à perda, presto a nossa homenagem e solidariedade à família, e claro, ao Grupo Político Municipal do Partido Socialista e ao Partido Socialista no seu todo. -----

--- *Foi cumprido 1 minuto de silêncio em memória de José Estrela Duarte.*-----

--- O **Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Começo a minha intervenção pelo reiterar do nosso Voto de Pesar e a nossa solidariedade para com o Partido Socialista e com a família de José Estrela Duarte, com os seus amigos e com os eleitos pela União das Freguesias de Cacém e São Marcos. De facto, foi uma perda trágica que muito nos tocou e que muito sentimos. Estender, também, este Voto de Pesar e esta tristeza ao autarca José Rocha Melo, da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão, igualmente desaparecido nesta semana. -----

--- Sobre as duas Moções que o Bloco de Esquerda aqui trás, elas estão relacionadas com um tema geral, mais alargado, que é o tema da Mobilidade. A primeira Moção tem a ver com o projeto que está em discussão pública até ao final deste mês, de revisão do Regulamento de Trânsito e Estacionamento da Vila de Sintra. Trata-se de um regulamento importante que apresenta propostas que merecem uma reflexão cuidada, mas na nossa ótica, a revisão deste regulamento, pelas propostas e pela importância que tem, é uma revisão que deveria ser feita num âmbito mais alargado, que é um âmbito de estratégia de mobilidade. A Câmara de Sintra tem vindo a anunciar que vai apresentar em breve um Plano Municipal de Mobilidade para o Concelho de Sintra e, portanto, nós não compreendemos como é que vamos aprovar medidas que são importantes, que são necessárias, mas que são medidas de fundo, sem que, primeiro, discutamos uma estratégia de mobilidade. Portanto, aquilo que propomos com esta Moção é que o referido processo de discussão pública seja suspenso, sendo apresentado e discutido o projeto de Plano de Mobilidade para o Concelho de Sintra, e que, depois, se aprovem estas medidas que são propostas, integradas nessa estratégia de mobilidade. Outra questão que também levantamos é que, antes de se aprovarem mais zonas de estacionamento pago no Concelho de Sintra, se tomem medidas concretas para a melhoria da rede de transportes, garantindo assim às pessoas que podem deixar o seu automóvel em casa, por dele não necessitarem com tanta frequência como acontece agora para se dirigirem aos centros urbanos. Esta é a

proposta da nossa Moção para suspensão da discussão pública do dito Regulamento. -----

--- A segunda proposta tem a ver com o anúncio recente, por parte da CP, de cortes e supressões de comboios, e encerramento de bilheteiras durante o período estival. Trata-se de uma medida que já fora tomada no ano passado, tendo causado muito transtorno aos utentes regulares, dado que, apesar de haver menos procura - diz a CP -, o facto é que as pessoas que utilizam regularmente o comboio continuam a ter horas para chegar, continuam a ter tempos e a ter necessidade de poupar tempo, e a CP esquece-se disso e não demonstra estar preocupada com essa situação. Além disso, se há diminuição por parte da procura, com as pessoas que vão de férias, também há um aumento por parte dos turistas – quem anda de comboio sabe que estes, durante o dia, vêm atolados de turistas, numa e na outra direcção. Portanto, nós não concordamos, e pensamos que esta Assembleia Municipal deve pronunciar-se contra esta medida, demonstrando assim o seu desagrado para com a degradação constante do serviço na Linha de Sintra. Já o temos vindo aqui a denunciar. A Câmara de Sintra tem feito esforços para reverter esta situação, a Assembleia Municipal de Sintra tem-nos acompanhado, e nós temos acompanhado outras forças, desta Assembleia e com outras, para demonstrar que precisamos de outras medidas, de outro tipo de política de mobilidade e de outro tipo de política da CP, pelo que propomos que mais uma vez seja feito. Por sugestão do líder do Partido Socialista, em conversa de início de Sessão, nós aceitamos fazer aqui uma pequena modificação ao texto da Moção, no seu ponto 4, que passará a dizer “...reclamar, junto do Governo, medidas de urgência...”, retirando a parte da “exigência” e substituindo-a por “reclamar”. E nós pensamos que sim, que esta proposta deve ser aceite por nós, em nome de um maior apoio a esta Moção. A Mobilidade no Concelho de Sintra precisa de ser pensada a fundo, e não é nem com medidas de cor, nem com medidas avulso, que a Mobilidade sairá beneficiada. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação à suspensão do Regulamento de Trânsito e Estacionamento, este é um Regulamento que está em discussão pública, que vai ser objeto de análise pelos utentes, cujas eventuais sugestões irão ser ouvidas com todo o cuidado. O Regulamento final virá aqui, à Assembleia Municipal, e será então discutido já na sua versão definitiva. Agora, não confundir o Regulamento de Trânsito e Estacionamento, que tem a ver com o Código da Estrada, e só com isso, com o Plano Municipal de Mobilidade. O Regulamento de Trânsito e Estacionamento tem uma resposta a uma situação urgente que o Concelho não pode, por mais tempo, demorar a encarar. Não se trata de suprimir, nem de prejudicar seja quem for, até porque não faz sentido fazer-se um Regulamento para prejudicar alguém, antes sim, faz-se um Regulamento para obviar a situações que necessitam de tratamento adequado, ou seja, é necessário disciplinar o trânsito e o estacionamento, fundamentalmente, em tudo o que tem a ver com o acesso à Pena, situação esta que se nos depara com uma gravidade enorme, se amanhã há um problema sério na Pena, os Bombeiros, quando conseguirem lá chegar já nada haverá a fazer, isto, porque há quem demore 1h40 a 2h00 desde o centro da Vila até à Pena. Portanto, o que é intolerável é olhar para isto e nada ser feito. Também não é possível haver estacionamentos em certas ruas onde os residentes não podem estacionar pelo facto de outras lá deixarem os seus carros, horas e horas, quando não dias. Temos os nossos parques todos gratuitos, seja o da Portela, o de Massamá ou o de Agualva, pelo que não é possível ir mais longe. Mas até aí, casos acontecem em que há pessoas que deixam lá o carro por uma semana, quinze dias, fazendo do estacionamento uma garagem. Pela nossa parte, seria muito fácil fecharmos os olhos, mas nós não podemos fazer isso! Estamos a encarar um problema sério com toda a seriedade que ele merece, com a participação das pessoas, ouvindo-as e acolhendo as críticas que forem de acolher para, depois de tudo,

ouvir com muita atenção a nossa Vereação e esta Assembleia Municipal, por forma a que o Regulamento seja um encontro de vontades, e que à beira do Regulamento não se queira pegar em uma ou outra insatisfação, e fazer dela um cavalo de batalha do tipo eleitoral. Quando se faz um Regulamento destes, ou qualquer Regulamento, há sempre pessoas que não estão contentes nem satisfeitas, o que é normalíssimo dado não ser possível fazer-se um Regulamento ou uma Lei com 100% de pessoas contentes, simplesmente, não é possível. Nós, quando fazemos o Regulamento, sabemos bem quais os interesses que estão em causa e que devem ser defendidos, ou seja, a mobilidade interna, a fluidez do trânsito, a capacidade de os residentes terem acesso ao seu estacionamento, atacando e anulando os abusos que se verificam atualmente – é isto que o Regulamento pretende. Agora, se é um texto final e perfeito? Não, não é, e nós temos a clara consciência disso, estando disponíveis para o emendar as vezes que forem necessárias por forma a que tenhamos um Regulamento que sirva o interesse em causa. -----

--- Em relação ao Plano de Mobilidade, estamos a trabalhar nele há cerca de dois anos, e será entregue no próximo dia 15 de julho. Trata-se de um Plano mais amplo e mais vasto, que não se limita apenas ao estacionamento e à fluidez do trânsito, tendo a ver com a definição de carreiras, com a mobilidade dentro do Concelho, tem a ver com todo um conjunto de matérias, mas não com o Regulamento relacionado com o Código da Estrada, porque esse já está aqui e necessita de ser completado, aprofundado e, eventualmente, melhorado. -----

--- Em relação à sua 2ª Moção, na minha opinião, acho que tem toda a razão. -----

--- O **Deputado Rogério Duarte Cassona, da CDU**, referiu: Há quem entenda que o estacionamento pago, ou melhor ainda, que o criar mais zonas de estacionamento pago é uma forma, ou até, a forma de resolver o problema do estacionamento automóvel. É claro que não é, nunca foi e nunca será a solução. A solução para o estacionamento, ou seja, para regular a oferta e a procura, é antes do mais suprir e reduzir a necessidade do uso do automóvel, criando reais alternativas de mobilidade que satisfaçam as necessidades dos moradores locais, dos trabalhadores, e também dos utentes dos Serviços que, não raras vezes, se instalam em locais que não são minimamente servidos pela rede de transportes públicos existente. Esta é uma questão que até entronca com o assunto da outra Moção que o Bloco de Esquerda apresentou, e que está aqui em discussão, que se prende com a redução do número de comboios na Linha de Sintra, no período das férias escolares. -----

--- Mas voltando à questão do estacionamento, há que lembrar que, se a responsabilidade do ordenamento do trânsito e do estacionamento é da Câmara Municipal, não podemos deixar de lembrar que parte da responsabilidade do ordenamento do território também pertence à Câmara Municipal, sendo precedente e, naturalmente, condicionante, quer do trânsito, quer do estacionamento automóvel. E digo isto reconhecendo que muito do atual ordenamento do território, e da construção desordenada, é ainda o resultado de políticas que emanaram da Administração central, desde 1974, e anteriores a 1974, dando origem a uma urbanização desregulada e extremamente densa, políticas estas cuja fatura ainda estamos hoje a pagar. Eu tinha que fazer esta introdução para centrar a questão do estacionamento e do trânsito automóvel, que constituem a matéria do Regulamento que está em discussão pública, e cuja eventual suspensão nós, hoje e aqui, estamos a discutir. Efetivamente, pretender rever o Regulamento de Trânsito e Estacionamento de Sintra sem ser à luz de um Plano de Mobilidade, que é uma ferramenta imprescindível que há muito se reivindica, eu diria que, mais do que se meter a carroça à frente dos bois, também se metem os carros e as carretas. Concluindo, no quadro atual é, em nossa opinião, absolutamente inoportuno o avançarmos com uma revisão do citado Regulamento, pelo que a CDU votará favoravelmente a Moção

apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

--- Na mesma linha de argumentação, ainda em relação à mesma linha de comboios de Sintra, e que tem merecido diversas e oportunas tomadas de posição da CDU, dizer que, também nós, entendemos como sendo absolutamente inoportuna a redução de comboios no período de verão num momento em que, isso sim, se deveria promover e consubstanciar mais medidas de incentivo ao uso deste transporte público. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Só para fazer uma breve referência ao problema do estacionamento pago, à qual o senhor Deputado Rogério Cassona não fez referência na sua intervenção, e bem porque seria demais, mas que vem no seu comunicado quando afirma que nós queremos o estacionamento pago para arrecadar mais dinheiro, o que é realmente ridículo quando nós temos os nossos parques de estacionamento com centenas de carros sem nada cobrar. -----

--- O facto de se criar zonas onde o estacionamento pode vir a ser pago, tal não quer dizer que o estacionamento vá ser pago. Aliás, toda as tarifas que incidam sobre essas zonas, caso isso venha a acontecer, têm que ser por deliberação da Câmara, não podendo ser uma nossa decisão isolada. Portanto, não há obrigatoriedade daquelas zonas definidas serem estacionamento pago, pelo que não antecipe uma coisa que não existe. E mais, pode até acontecer que haja zonas definidas que nunca sejam pagas, o que é perfeitamente possível, mas se nos perguntar em que condições é que a Câmara proporá que o estacionamento seja pago, responder-lhe-ei que, por exemplo, são elegíveis as zonas que tenham ao lado estacionamento gratuito, junto às estações da CP. Tal faz sentido porque, se têm ao lado um parque gratuito junto à estação, por que razão não há de ser pago um estacionamento em que as pessoas impedem que os moradores possam ter estacionamento ao deixarem o seu carro ali, horas e horas, e vão para Lisboa. E isto é legítimo? É legítimo que as pessoas possam fazer isto sem que nada aconteça? E é legítimo que os moradores e os comerciantes tenham de suportar isto? Esta é a questão que se coloca. Agora, em casos em que não haja estacionamento, ou que as dificuldades sejam grandes, podemos fazer uma política que proteja as pessoas que queiram estacionar os seus carros, mas sempre equilibrando os direitos de quem lá vive e reside com os direitos de quem lá deixa os seus carros, não vivendo nem residindo ali. Esse é um equilíbrio que temos de encontrar e, penso eu, o senhor Deputado Rogério Cassona não poderá discordar disto. Portanto, o pagar ou não pagar tem a ver com essa equidade e com essa necessidade de colocar justiça, também, em relação ao estacionamento, equilibrando os direitos de quem lá vive e quem reside com os de quem tem necessidade de estacionar o seu carro. E por isso é que este Plano é tão necessário, não podendo ficar à espera do Plano de Mobilidade, senão repare, nós vamos aumentar as carreiras internas do Concelho em 54%, mas não estivemos à espera do Plano de Mobilidade para fazer isso porque tem que ser feito já, aproveitando a presente política de tarifas, e aproveitando os 4,5 milhões que os nossos municípios pagam para que isso aconteça. Em relação ao trânsito e ao estacionamento, quando estamos a viver situações caóticas em certas zonas do Concelho, não vamos esperar pelo Plano de Mobilidade para as resolver. Contudo, como já o referi, não é pelo facto de se criarem zonas que tal signifique que imponhamos já o estacionamento pago. O que significa é que, naquelas zonas, é possível estabelecer regime de estacionamento pago desde que haja requisitos e condições, e que a Vereação entenda que isso pode ser feito. -----

--- A **Deputada Eunice da Conceição Baeta, do CDS/PP**, referiu: Antes de mais, manifestar a nossa solidariedade à perda do nosso autarca Estrela Duarte. É sempre triste perdermos alguém, muito mais de uma forma repentina e inesperada, e uma pessoa com uma atividade como ele tinha, muito dinâmica, sendo

sempre de lamentar. -----

--- Relativamente às Moções, acho que é uma utopia imaginar que as pessoas não são comodistas o suficiente para levar o carro até à porta do trabalho – elas não os levam para o andar de casa porque não dá. A rede de transportes não vai alterar em nada a mobilidade dos automóveis. O que vai alterar é aquilo que pesa no bolso das pessoas, infelizmente, a única forma de conseguir estagnar os abusos que são cometidos. -----

--- Concretamente, em relação a esta Moção sobre o Regulamento de Trânsito, nós iremos abster-nos, mas eu acho que deveria ter havido algum cuidado por parte da Câmara no processo. Sei que foram cumpridos todos os parâmetros legais, mas este tipo de alterações não são passíveis de serem aceites de animo leve pela população. À semelhança do que tem sido feito com o PDM, achamos que deveria ter havido aqui um outro cuidado, ainda por cima, com alterações de trânsito que já entraram em vigor, como acontece em Queluz, onde foram alvo de grandes protestos. Eu não estou a dizer se essas alterações foram corretas ou incorretas, apenas acho que, porventura, o método poderia ter sido outro. -----

--- Relativamente à Moção apresentada sobre a redução de comboios, obviamente que a iremos acompanhar, estando de acordo com aquilo que o Bloco de Esquerda expõe neste documento. Já o dissemos aqui, achamos que é de lamentar que um Concelho como o nosso, com 400 mil habitantes, seja desprezado desta forma, a nível de comboios. E é de salientar que muita gente trabalha em julho, e em agosto, ainda que menos, mas há, para além dos turistas que também recorrem ao comboio para vir para Sintra. Portanto, se não queremos que eles tragam os automóveis, e ainda por cima não lhes damos alternativa de comboio, desculpem, isto não faz sentido nenhum, pelo que entendemos que a Assembleia Municipal de Sintra deve unir-se para reivindicar aquilo que é do direito dos sintrenses. -----

--- O **Líder do PS, António Luís Oliveira dos Santos Lopes**, referiu: Antes de dar início à minha intervenção, permitam-me que saúde o meu camarada Paulo Adrego pela responsabilidade que assumiu e pelo trabalho que irá dar sequência ao que vinha sendo desenvolvido pelo nosso camarada Estrela Duarte, sendo da mais elementar justiça dar-lhe essa força e esse alento, desejando-lhe as maiores felicidades no âmbito das funções que passará a desempenhar doravante como Presidente de Junta. -----

--- Relativamente às Moções, a que se prende com a suspensão do projeto de revisão do Regulamento de Trânsito, achamos não ser este o momento, nem para fazer a sua discussão, como parece que já se iniciou aqui (haverá uma altura certa para a fazer), nem entrar no “papão” daquilo que é estacionamento pago - porque até parece que o Regulamento de Trânsito se resume ao estacionamento pago. O senhor Presidente da Câmara já teve a oportunidade de aduzir um conjunto de argumentos, com os quais o Partido Socialista concorda, pelo que há que colocar cada coisa no seu devido lugar, sendo tal muito mais importante do que falarmos do “papão” do estacionamento pago, porque há que evitar que, eventualmente, possam acontecer algumas desgraças, um dia destes, em Sintra. Portanto, há que atuar e disciplinar agora antes que possamos vir a ter aqui discursos compungidos, a lamentar coisas que poderíamos ter evitado. Por conseguinte, iremos votar contra esta Moção. -----

--- Relativamente à Moção do Bloco de Esquerda sobre os comboios, é obvio que apoiamos no sentido em que temos consciência da importância que o transporte ferroviário tem para os habitantes do Concelho. O Presidente eleito pelo Partido Socialista já fez ouvir a sua voz por diversas ocasiões, e o Bloco, justamente, aqui o menciona na sua Moção. A alteração que solicitámos ao Bloco, e que agradecemos que a tenha feita em relação ao Governo, é porque achamos que, no mínimo, é bom que haja algum equilíbrio, considerando que este é um Governo que estará a fazer todos os esforços necessários para melhorar uma situação que

outros não só não melhoraram como até a pioraram. Portanto, fazer uma exigência a quem está a tentar resolver o problema, e esperamos que venha a ter sucesso, porque o Partido Socialista não defendia a privatização da CP, nem defende, como não defende a privatização dos Serviços de Manutenção, como sabem. Agora, estamos todos a favor do comboio, e de mais comboios, e ainda bem, mas é bom que coloquemos as coisas no seu devido lugar, porque alguns foram a favor da privatização da CP, e não foi o Partido Socialista. Portanto, iremos votar favoravelmente esta Moção. -----

--- Colocadas as questões relativamente às Moções, queria aproveitar para focar aqui uma outra questão, que tem a ver com o vetor da Saúde e da Educação no Concelho. Eu penso que é pacífico para todos nós que, quer a Saúde, quer a Educação públicas, são áreas de grande importância, não só no âmbito do nosso Concelho, como também para o País em geral. São temas muito debatidos, temas que a população tem muito em conta, pelo que queria aqui saudar a Câmara de Sintra pelo esforço que tem vindo a desenvolver de investimento e de obra relativamente, quer à Saúde, quer à Educação. No caso da Saúde, no próximo dia 28 de junho, irão ser inaugurados os Centros de Saúde de Agualva, de Sintra e de Almargem do Bispo, três Centros de Saúde que são uma marca e que são realmente importantes. Também em junho, já foi assinado o contrato com o empreiteiro que vai construir o futuro Centro de Saúde de Algueirão - Mem Martins, estando já previsto para breve o início desta obra. Recordemos que, em 2017, foi com o Partido Socialista que foi inaugurado o novo Centro de Saúde de Queluz, e no ano seguinte, foi assinado o protocolo para a construção do futuro Centro de Saúde de Belas. Portanto, há aqui um investimento forte da Câmara que nós queremos sublinhar e queremos apoiar, regozijando-nos na Saúde. E o mesmo acontece também na Educação. Em março de 2018, a Câmara apresentou um Plano de Investimentos que estabelecia a intervenção em 98 Escolas de Sintra, abrangendo mais de 30 mil alunos, num investimento de cerca de 24 milhões de euros. Neste momento, o investimento realizado ronda os 11 milhões, e temos Escolas Básicas e Jardins de Infância abrangidos, desde São Marcos a Massamá, ao Casal da Barota, a Rio de Mouro, Rinchoa, Quinta da Fidalga, Agualva, num esforço de disseminação dessa obra. Em maio deste ano, a Câmara de Sintra assinou um protocolo com o Ministério da Educação para realizar obras nas instalações de ensino do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico e do Secundário, naquele que é mais um investimento vultuoso, de 7,4 milhões de euros, assumindo a autarquia de Sintra cerca de 4 milhões de euros. No total, irão ser realizadas obras em 16 escolas do Concelho de Sintra, abrangendo 13 mil alunos. -----

--- Como diz o senhor Presidente, sendo a Educação e a Saúde públicas áreas de relevante importância para nós, socialistas, não podíamos deixar passar esta ocasião sem, em nome da bancada do Partido Socialista, saudar o esforço que está a ser desenvolvido pela Câmara, saudar o trabalho que tem vindo a ser feita nestes dois vetores, que se tem concretizado na obra que referi a bem de todos os municípios de Sintra. -----

--- **A Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: Em primeiro lugar, gostaria de dar as condolências à família e ao Partido Socialista pela morte do José Estrela Duarte, já manifestadas publicamente, em homenagem a um autarca que perdemos e que genuinamente servia as populações. ----

--- Relativamente à questão do Regulamento de Estacionamento e do Trânsito, o PSD entende que deve dar-se oportunidade às pessoas para debaterem estas questões. Nós não estamos a discutir o Regulamento que, em tempo oportuno, cá virá, na altura própria e no local próprio, mas independentemente disso, para além de termos a ganhar com a integração do Plano de Mobilidade – e por isso acompanhamos a Moção do Bloco de Esquerda –, estou convencida que as pessoas não estão devidamente esclarecidas, que não percebem o racional desta proposta. Ontem, fui à Assembleia da União das Freguesias de Sintra, onde o

Regulamento de Estacionamento foi lá referido, e fiquei com a sensação de que deveria haver sessões de esclarecimento. Eu sei que o Partido Socialista teve a iniciativa, com certeza necessária e meritória, de ter feito na segunda-feira um jantar debate, mas esse não me parece o modelo mais adequado para as populações, devendo este debate ser alargado, até para que não se fique com uma ideia de que tudo isto se reduz a uma guerra entre a Câmara e os tuk-tuk's. Eu confesso que fiquei um pouco incomodada com as imagens que foram transmitidas na televisão, e eu não gosto de ver assim Sintra quando Sintra não sai dignificada. Não pode ficar a ideia de que este Regulamento se reduz àquela atividade, que é uma atividade de operadores turísticos, e essa é a ideia que é publicitada na televisão e nos jornais. Senhor Presidente, quando a Câmara deliberou restringir o acesso à Serra em período de alerta laranja (e o senhor Presidente já referiu isso aqui quando falou nesta Moção), o PSD teve o cuidado de frisar em comunicado que a segurança das pessoas está sempre primeiro, colocando-nos ao seu lado nesse particular, mas que estas medidas extremas não podem servir para esconder algumas falhas e debilidades na limpeza e manutenção (basta andar pela serra e vemos isso). Sintra abre os braços aos turistas, tem orgulho na sua Serra, uma população motivada em sua defesa e em mostrar a sua magnificência, mas os sintrenses também têm o direito de a desfrutar em plena segurança e em condições ideais. Nós não estamos aqui contra a Câmara e as suas decisões, e nós até compreendemos a posição do senhor Presidente quanto à distribuição dos dividendos da Parques de Sintra – Monte da Lua porque entendemos que isto está tudo relacionado e esse dinheiro deveria servir para a manutenção. E foi o próprio senhor Presidente que disse na comunicação social que, se houver aqui uma desgraça, a responsabilidade acaba por ser de quem tomou esta decisão. E nós tivemos a oportunidade de nos solidarizar com essa posição, e de trazer a esta Assembleia Municipal uma Moção que, aliás, foi aprovada por unanimidade. -----

--- Relativamente à questão da supressão de mais comboios na linha de Sintra, acompanhamos a Moção do Bloco de Esquerda. Também nós tivemos a oportunidade de publicitar a nossa posição, de a trazer a esta Assembleia, não sob a forma de Moção porque foi numa Sessão Extraordinária, e acompanhámos a sua indignação, senhor Presidente, quando, em maio, foram suprimidas 75 composições; nós concordámos com a redução dos Passes Sociais, mas a oferta tem de acompanhar a procura, e o facto é que isso não está a acontecer, sendo a oferta cada vez menor face a uma procura que era visível, e mais do que tudo, era expectável que iria crescer. Não aceitamos que o Passe Social dê acesso a gares sobrelotadas onde os comboios não passam, e quando passam, o número de passageiros ultrapassa largamente a lotação; e não aceitamos que se retirem o número de lugares sentados para caberem mais pessoas. Senhor Presidente, sardinhas, eu gosto particularmente delas assadas, não em lata. -----

--- Na última Sessão desta Assembleia, trouxe a questão das arribas, e foi-me dito pelo senhor Vice-presidente, e peço já desculpa se não o interpretei corretamente, que o conceito de praia de uso limitado tinha a ver com o espaço de areia disponível em fase de maré cheia, o que tornaria intrínseco esse conceito de praias de uso limitado. Fui verificar como é que a Lei identifica o conceito, e encontrei no 11º, nº1, do decreto-Lei 159, de 2012, que regula estas matérias, o seguinte: "Podem ser declaradas como praias de uso limitado as praias suportadas por arribas em que em situação de preia-mar média, no período banhar, a maior parte do areal disponível é ocupado pelas faixas de risco das arribas (...)". E aí, confere de facto com a sua explicação. Só que continua, e diz: "(...) as quais correspondem à área passível de ser ocupada pelos resíduos de desmoronamento ou queda de blocos". Eu volto a dizer, há 10 anos que Mafra resolveu o problema, e acho que aqui devíamos fazer o mesmo, o que é absolutamente construtivo. -----

--- Passando a questões mais concretas, julgo que existe apenas um medidor da qualidade do ar no Concelho, pelo menos é a informação que consta no *site* da APA, e que está em Mem Martins. Sendo Sintra

um Concelho tão grande, porventura, já justificava ter mais um medidor da qualidade do ar. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação ao problema das praias, o risco existe sempre. Agora, o que nós conseguimos foi combater o risco através das redes, e se for ver, elas estão nas arribas das nossas praias. Portanto, não sei o que é que podemos fazer mais! -----

--- Agora, uma palavra de alguma tristeza em relação à sua intervenção (se bem que eu compreenda e perceba as motivações políticas, mas há alguns limites nessa matéria). Quando nós tivemos que limitar e interromper o trânsito em Sintra, nós tínhamos um alerta laranja, e um risco elevado de incêndio na nossa Serra, para sábado e domingo (chegámos um dia a ter mais de 38° na Serra). Obviamente que nós tínhamos que fazer o que fizemos, mas dizer que o fizemos porque não tínhamos outro meio, isso não faz o mínimo sentido. Repare, os Bombeiros de todas as Corporações de Sintra, por unanimidade, atribuíram à Câmara de Sintra a 2ª maior Ordem de sempre. A Parques de Sintra – Monte da Lua é considerada, a nível mundial, a primeira entidade na preservação da área da sua competência. E nós temos gasto, sem exagero, centenas de milhares de euros na prevenção da Serra, e tudo o mais que tem vindo a ser feito nesse âmbito. Não existia nada. Há 5 anos, senhora Deputada, onde é que estavam os Sapadores? Em que pé estava a vigilância da serra, dia e noite? Portanto, nós temos feito um esforço enorme, e continuamos a fazer, e ainda agora assinei um Despacho para limpar os terrenos privados em certas condições, onde vamos entrar e limpá-los. O que não é possível é dizer que nós cortámos o trânsito porque não se tomaram medidas antes que evitassem isso. É claro que se cortou o trânsito, é claro que pessoas e entidades houveram que foram prejudicadas por este corte e, em defesa dos seus interesses privados, manifestaram-se de uma forma desalegante e violenta, o que é uma coisa espantosa. E quando a senhora Deputada disse ali que foi lamentável, tem de dizer por parte de quem é que foi a responsabilidade de ter sido lamentável o que se passou. E foi lamentável da parte de quem insultou, de quem prometeu violência, foi da parte de uma estação de televisão chamada TV Saloia que veio dizer que quem atropelou a senhora se enganou porque quem devia ter sido atropelado era o Presidente da Câmara, não o dizendo expressamente, mas sugerindo. E a seguir, dá-se entrevistas a essa estação sem uma única crítica. Um grande partido da Democracia, como o é o PSD, tem responsabilidades. Se não as sabem exercer esse é outro problema. Esta é uma questão séria, e nós, quando estamos a tratar da proteção civil e da Serra de Sintra, até podem dizer: “o senhor cortou mal uma estrada!”, e eu admito, e até podemos discutir e vamos ver; “olhe, pôs aqui este problema malposto!”. Agora, a decisão de limitar o acesso à Serra de Sintra? Claro que apoiou, mas logo a seguir veio dizer que o acesso à Serra foi cortado porque não se tomaram medidas antes. Foi o que acabou de dizer, e isso é que me entristece muito porque não há razão nenhuma para o afirmar. Esta é uma questão fechada, ou seja, enquanto eu estiver aqui e até ao fim do meu mandato, quando o interesse privado contrariar o interesse público, este precederá. E podem acontecer as manifestações que quiserem, os insultos que quiserem, as ameaças que quiserem, como têm feito, que nem uma linha será desviada da proteção do interesse comum. O que é que poderia acontecer num momento em que se registam 38° na serra, se há um incêndio, com os Bombeiros a demorar uma hora a chegar? Em Pedrogão morreram dezenas de pessoas, e aqui seriam centenas. Em Pedrogão foram meia dúzia de carros, infelizmente, que foram queimados, ao passo que aqui seriam centenas, senão milhares, porque há centenas de pessoas e milhares de carros na serra. E se isso acontecer, o que é que era de nós? É isto que está em cima da mesa, senhora doutora! Podem os tuk-tuk's e os jipes gritarem, e nós ouviremos sempre. Tenho marcada, agora, uma reunião com a Associação porque, a nós, não nos move nada contra ninguém, mas a defesa do interesse comum, a

.../...

defesa das comunidades, aí, minha senhora, nós não hesitaremos um minuto. -----

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Dois assuntos! Um deles tem a ver com uma proposta que eu fiz numa das últimas Sessões desta Assembleia sobre a Atividade Municipal onde eu sugeri que, no âmbito da requalificação da ex-Messa, se procurasse na altura, porque era adequado, requalificar também a zona envolvente do Casal de S. José, quer nos espaços que existem, quer em alguma habitação da própria Câmara. Percebo que, então, não tenha respondido porque o Relatório não fazia referência a esse facto, mas como já se passou algum tempo, a questão que eu coloco é: há alguma solução para isso? Uma outra questão que eu queria afirmar é que, na questão da Serra de Sintra, estou de acordo consigo e com as suas afirmações. -----

--- O **Deputado Maurício Veríssimo Rodrigues, do CDS/PP**, referiu: A minha intervenção divide-se em duas. O primeiro assunto tem a ver com aquele outdoor situado ao pé do parque de estacionamento da Portela. Na Sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril, o senhor Presidente da Câmara disse que ele ia ser retirado, e agora, pelos vistos, não só não foi retirado como foi reforçado com publicidade nova. Portanto, deixo aqui esta questão. -----

--- O segundo assunto, para variar, também vamos falar dos tuk-tuk's e deste problema. Segundo as recomendações da UNESCO, "A paisagem cultural de Sintra é frágil, carecendo de regulamentação adequada e específica, por parte do Estado e do Município, pois tem uma circulação diária intensa – veículos de turismo, autocarros, charretes, com passeios diminutos (...)". Contando que as condições demográficas, sociais, económicas e civilizacionais do Município de Sintra se alteraram claramente, desde 2011, com a inesperada pressão turística, urge tomar medidas. Todos assistimos ao triste espetáculo no dia 31 de maio, pela televisão, onde vários operadores de tuk-tuk's se manifestaram contra a decisão da Autarquia em encerrar à circulação a estrada que liga o centro da Vila de Sintra ao Castelo da Pena, devido ao risco de incêndio previsto para esse fim-de-semana, que rondaria os cerca de 40°. Este protesto dos operadores turísticos deu origem a várias opiniões na comunicação social. Eu tirei aqui vários excertos de um dos jornais, de entre os quais passo a ler este que achei mais interessante: "Andam pela Serra de Sintra uns indivíduos sinistros, conduzindo uns triciclos a motor importados do 3º mundo, a profanar, a vandalizar o ancestral promontório da Lua, de que falava Damião de Góis. O espetáculo na estação terminal dos comboios de Sintra desce ao nível do Bangladesh, no meio dos gritos, da bagunça, das disputas e grosserias, enquanto os triciclos aquecem os motores e transformam o ar da estação numa nuvem de fábrica de produtos químicos à hora da descarga. Mais à frente, obviamente, patentemente, comprovadamente, a Serra de Sintra não comporta o número de pessoas que, hoje, a procuram, a enchem, a estragam. E essa gente, que hoje a usa para amanhã a deitar fora como descartável, não quer saber do que possa acontecer no futuro. Quem nela vive, quem nela trabalha e quem a ama sabe que, por este caminho, a Serra de Sintra não tem futuro. Preservar o património não pode ser só uma frase para encher a boca, às vezes é necessário imitar o sublime príncipe, pegar no chicote e expulsar os vendilhões do templo". -----

--- Aqui, ninguém está contra os tuk-tuk's. Agora, eles têm que ser regulamentados, e urgentemente. Nesse sentido, senhor Presidente, o que é que está a fazer? Ou o que é que já fez para que isso venha a acontecer urgentemente? -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação ao outdoor, tem toda a razão, eu disse-lhe que sim porque estava convencido que o outdoor podia ser tirado,

mas não. Fui lá ver, e o outdoor é um espaço informativo da vida cultural de Sintra. Eu estava convencido que ele estava relacionado com o Congresso de Sintra, que já tinha passado, e aí sim, aí tirávamos. Agora, se informa sobre eventos culturais, por que razão vamos remover o outdoor? Não me parece que seja necessário retirar o outdoor, embora possamos discutir isso melhor. -----

--- Agora, em relação aos tuk-tuk's, a primeira coisa que se fez foi fazer um Regulamento. E era um Regulamento excelente, útil até para os tuk-tuk's porque sabiam onde podiam parar, onde é que podiam receber turistas, a evolução para eletricidade, qual era o número máximo para licenciamento, a responsabilização, tudo isso estava no Regulamento que foi feito. E o que aconteceu? Os tuk-tuk's colocaram uma Providência Cautelar visando a suspensão do Regulamento, com alguns apoios, e a senhora juíza que decidiu entendeu dar provimento com fundamento de que o nosso Regulamento criava desemprego porque limitava o número máximo de tuk-tuk's. Deste modo, o Regulamento não pôde entrar em vigor para gáudio da alguns. Hoje, os verdadeiros tuk-tuk's legais, aqueles que querem trabalhar na legalidade e na disciplina, arrependem-se disso, estou perfeitamente convencido. Portanto, não temos Regulamento. A partir daqui o que é que vamos ter que fazer? Vamos esperar pela decisão porque, entretanto, pusemos a ação principal, mas além disso temos, agora, este Plano de Trânsito e de Estacionamento, que já ajuda em muito, mas não chega. Temos de ir mais longe, e na altura própria, quando tivermos os meios jurídicos necessários para o fazer. Concordo inteiramente consigo quando diz que ninguém está contra os tuk-tuk's, nem contra as pessoas. Quem queira trabalhar bem, com disciplina, com respeito pela Lei é bem-vindo. O que não é possível é a anarquia, o que não é possível são as condições de trabalho que nós nem percebemos bem quais são. Isso é que não é possível, o mantermos esta situação. Nós, através do nosso Plano de Trânsito e Estacionamento, já vamos regular alguma coisa, e é isso que incomoda tanta gente, mas o que nós queremos é regular, é disciplinar o trânsito. É claro que pode haver a grande tentação de pegar no descontentamento dos tuk-tuk's e ir ali buscar meia dúzia de votos, nem sequer percebendo que esse ganho pode significar a perda de largas centenas, mas isso já não tem a ver comigo. Portanto, estamos disponíveis, vamos regular, vamos regulamentar, vamos conversar com a Associação e vamos tentar, em bom espírito, como dizia e bem, regular essa prestação de serviços. -----

--- Voto de Pesar pelo falecimento de José Estrela Duarte, subscrito pelo Grupo Político Municipal do PS (doc. nº 1).-----

--- **VOTAÇÃO: Aprovado por unanimidade.**-----

--- Moção, subscrita pelo Grupo Político Municipal do BE, titulada "Pela suspensão do projeto de Revisão de Regulamento de Trânsito e Estacionamento de Sintra" (doc. nº 2).-----

--- **VOTAÇÃO: Rejeitada por maioria**, com os votos contra do PS; abstenção do CDS-PP e PAN; e os votos favoráveis do BE, PSD, CDU e MPT.-----

--- Moção, subscrita pelo Grupo Político Municipal do BE, titulada "Voto de protesto pela redução de comboios na Linha de Sintra no período de verão" (doc. nº 3).-----

--- **VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade.**-----

--- Foi declarado aberto o **PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS.** -----

--- Ponto **1.b)** da **Ordem de Trabalhos**: Apreciar e votar: -----

--- Ata nº 03/19 referente à 1ª sessão Ordinária realizada em 21 de fevereiro de 2019. -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Ata nº 03/19 foi aprovada por unanimidade. -----

--- Ponto **2** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar a atividade municipal nos termos da alínea c), nº 2 do Artigo 25º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: O que está em causa é a Atividade Municipal relativa aos meses de abril e maio. A primeira notícia mais importante é o Passe Único que já entrou em vigor. Desde o dia 1 de abril que é possível viajar com o Passe Único válido em toda a Área Metropolitana de Lisboa, uma verdadeira revolução nos nossos transportes, faltando agora a oferta de equipamento, mas já se deu este passo importantíssimo para as pessoas e para as famílias com a entrada em vigor do Passe Único. E Sintra tem uma grande responsabilidade pela comparticipação financeira que permitiu que este Passe Único entrasse em vigor, no montante de 4,5 milhões, que é a maior da Área Metropolitana de Lisboa, se bem que Lisboa tenha mais dinheiro, mas para a Carris, ou seja, está a investir naquilo que já é dela, ao passo que nós estamos a investir na comunidade. E este aumento da Despesa de 4,5 milhões de euros que a senhora Vereadora Piedade Mendes encaixa aqui no seu Orçamento sem um tremor, o que significa a saudabilidade financeira da nossa Câmara. -----

--- Sintra volta a subir no ranking dos Municípios portugueses. Temos o Portugal City Brand Ranking, que é um ranking muito importante em termos externos e internos, ocupando neste momento o lugar de 6º melhor Município nacional, tendo começado há 5 anos no 11º lugar da tabela. A nível de negócios também subimos uma posição, sendo o 5º melhor do país – também estávamos em 11º lugar há 5 anos. O mais importante, e que nos deu particular prazer no contexto da região de Lisboa, Sintra sobe para o 2º lugar na categoria” Viver” – éramos o 3º, sendo Cascais o 2º, e neste momento, Sintra é o 2º e Cascais o 3º. Nós temos vindo a subir todos os anos, e esperamos continuar a subir. Se nos perguntam se estamos satisfeitos, não, não estamos, e se estamos melhor do que estávamos, ainda não estamos tão bem como queremos, pelo que vamos continuar a trabalhar no sentido de continuar a subir neste ranking dos Municípios portugueses. -----

--- Tivemos a aprovação do nosso Orçamento, com 206 milhões de Receita em 2018, mais cerca de 16 milhões de euros de Receita do que no ano de 2017. O resultado do Exercício foi de cerca de 22 milhões de euros. -----

--- Lançámos o concurso para a execução da 1ª fase do Parque Municipal Florestal da Carregueira, no montante de cerca de 2 milhões e 100 mil euros. Esta empreitada tem um prazo de realização de 18 meses e contempla mais de 20 hectares junto da localidade urbana de Belas. O Parque Municipal Florestal da Carregueira terá uma área total de cerca 195 hectares. No dia em que for adjudicado, nós lançamos logo a 2ª fase do Parque Urbano da Serra da Carregueira, não sabendo neste momento se serão 20 ou 25 hectares, se serão menos, mas vamos estudar. -----

--- Em relação às nossas Escolas, como há pouco já foi aqui dito pelo senhor Deputado António Luís Lopes, nós avançamos com um investimento nas escolas do Estado, nas EB2, EB3 e Ensino Secundário, de 7,8 milhões de euros, embora este ano apenas tenhamos 50 mil euros como contrapartida financeira por parte do Estado, mas mesmo não recebendo praticamente nada estamos a avançar completamente. E estamos

a fazê-lo ao nível dos telhados, da caixilharia, da pintura, das cozinhas e dos ginnodesportivos. E estamos a fazer concursos para cada uma destas áreas, já no montante de alguns milhões de euros. Em relação às nossas Escolas, no final do nosso mandato não haverá nenhuma EB1 nossa que não esteja requalificada, e é por aí que se começa, em termos de Educação, no meu entender. Tudo o resto que foi feito com a OCDE, com o Plano Local de Educação, aí, muito haveria a dizer. -----

--- Concluímos o primeiro troço do Eixo Verde e Azul, num percurso de 4,5 km, aberto ao público em Monte Abraão, um momento que foi muito bonito, em conjunto também com a Ribeira da Laje. Iniciámos a construção da rede ciclável da cidade de Queluz e dos eixos Massamá-Belas, cujos autos de consignação já foram entregues, num valor de 1 milhão e 512 mil euros – 2ª fase dos trabalhos, numa extensão de 11,2 km e um prazo de execução de 9 meses. O Parque Linear da Ribeira da Laje foi aberto ao público no passado dia 25 de abril, conectando Mem Martins e Rio de Mouro, numa área total de intervenção de 13,5 hectares e um investimento em mais de 2 milhões de euros – se somarmos a Ribeira da Laje com o Eixo Verde e Azul, nós temos um investimento global de 6 milhões de euros nestes dois projetos. Este Parque liga Mem Martins a Rio de Mouro, e já estamos a olhar para o Parque Fitaes-Rinchoa e a estudar o alargamento até Queluz, ao Parque Linear que está já a ser estudado (estamos a enfrentar alguns problemas para resolver, nomeadamente com propriedades privadas, algumas que estamos a negociá-las, outras que, eventualmente, teremos que expropriar, mas neste caso esperamos que seja o menor número possível. Mas a ligação há de fazer-se. -----

--- Como há pouco já referi, a Câmara foi distinguida com a medalha “Fénix de Honra”, a 2ª mais alta distinção honorífica atribuída pela Liga dos Bombeiros Portugueses, por proposta das 9 Corporações dos Bombeiros de Sintra. -----

--- Em termos de sustentabilidade ambiental e económica, os SMAS aumentaram a sua eficiência financeira e ambiental. A propósito, quero dizer-vos que, como se lembram, os nossos SMAS apresentam um resultado líquido positivo de 830 mil euros, o que é realmente fantástico. Recordo-me que, quando nós mudámos e acreditámos nos SMAS para realizar o serviço público da recolha do lixo, tanta gente que apontava para o perigo que representava essa decisão. Exemplar a relação com os SMAS, como exemplar é o desempenho dos trabalhadores dos SMAS, e o trabalho notável que se tem vindo a fazer com o Carlos Vieira, apresentando este resultado de 830 mil euros, sem se aumentar a renda da água e aumentando o peso das tarifas sociais, assimilando o aumento do custo da água à EPAL sem o repercutir nos consumidores, e com investimentos muitíssimos relevantes. Para vos dar uma ideia, em 2017, as perdas de água eram de 23,4%, mas em 2018 esse valor desceu para 20,8%, e vai descer mais. Só esta descida, que é de 2,6%, significou uma poupança de cerca de 629 mil euros. Neste momento, o SMAS está a fazer investimentos na ordem dos 8 milhões de euros, e vai acabar a fazer investimentos na ordem dos 13 milhões de euros. Portanto, em conjunto, Câmara de Sintra e SMAS, neste ano, serão 40 milhões de euros de investimento, o que é realmente muito importante, e coloca Sintra, de longe, no primeiro lugar dos investidores no Concelho, aliás, como deve ser o seu papel. -----

--- Queria dizer-vos, também, que reforçámos muito a defesa da floresta contra incêndios. Nós fizemos dois protocolos de celebração para a vigilância e intervenção na Serra de Sintra, no valor de 440 mil euros anuais a mais de Despesa para contratar 45 novos elementos. É a profissionalização dos Bombeiros. Não é tanto como os 75 que eram desejáveis, se a memória não me falha, mas são 45 para já. Nestes protocolos, participam a Câmara, a CulturSintra e a Parques de Sintra-Monte da Lua, cuja união destas 3 vontades possibilitou estes novos 45 elementos, o que significa que vão 5 bombeiros profissionais para cada entidade. Claro que algumas dirão que gostariam de ter mais porque têm mais movimento, é verdade, e isso terá que

ser visto numa 2ª fase, mas a 1ª fase é acudir logo com a profissionalização dos vários corpos de bombeiros.

--- Muito por intervenção do senhor Vereador Quinta Nova, desde o dia 20 de maio que, nos Postos de atendimento do Gabinete de Apoio ao Município (Espaços do Cidadão e Loja do Cidadão), é possível aceder ao serviço de renovação presencial do Cartão do Cidadão. Estou a falar nisto de uma forma que até pode parecer que não tem grande importância, mas tem e muita, e tendo em atenção o caos que estamos a viver com o processo de renovação deste cartão, este serviço é um bocado um oásis para os nossos munícipes que se podem deslocar aos nossos Gabinetes de Apoio ao Município e tratar tranquilamente do seu Cartão de Cidadão.

--- Comemorámos o Mês do Bombeiro com uma grande dignidade, uma comemoração muito bonita, com grande valor simbólico e com muita gente a assistir. -----

--- O SMAS – Sintra está a investir 6 milhões de euros em Algueirão-Mem Martins, e vamos investir mais na Freguesia de São João das Lampas, Freguesia onde vai ser realizado o maior investimento, e onde este é mais necessário. -----

--- Aprovámos o Regulamento Municipal do Uso de Fogo e Limpeza de Terrenos, sob proposta do senhor Vereador Domingos Quintas. -----

--- Promovemos uma larga campanha nas Escolas de Educação e Sensibilização Ambiental do Município de Sintra. Quero dizer-vos que, em matéria de ação climática e ambiental, Sintra está a fazer um grande trabalho. Para vos dar uma ideia, nós estamos a monitorizar um a um os 12 objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os chamados “Objetivos do Milénio”, e o objetivo onde estamos mais avançados é no da “Ação Climática”, com 99%, bem acima da média nacional, aí, e no Combate à Pobreza e às Desigualdades, três Objetivos onde Sintra está claramente acima da média nacional. Onde estamos abaixo da média nacional é nos objetivos “Saúde de Qualidade” e “Educação de Qualidade”, porque partimos muito de trás, desde a inexistência de uma VMER até ao Hospital. -----

--- Continuamos a desenvolver o projeto “Sintra Inclui”, em protocolo com a Associação de Pais em Rede. Estão a decorrer as candidaturas das Bolsas Sociais para a área da Infância, 2019-2020. Continuamos com a política de apoio às creches, que tem uma influência muito grande, fundamentalmente para famílias em situação de vulnerabilidade económico-social. Realizámos o Voluntariado Jovem no âmbito do programa Sintra Social 2019.

--- Em termos de Cultura, depois de termos realizado todo um conjunto de eventos de Música Barroca nas Igrejas de Sintra, um êxito muito importante que teve lugar nas nossas Freguesias; tivemos o Festival CórteX, ao longo de 5 dias, tendo o Festival apresentado o melhor que se tem feito na curta metragem, a nível nacional e internacional; fizemos a 1ª edição do Festival Imaginário, na Quinta da Ribafria; fizemos a 27ª Mostra de Teatro das Escolas de Sintra; também realizámos a 1ª edição do Festival de Geo-Graffiti, na Praia Grande; e a Quinta da Ribafria recebeu a 8ª edição do Festival Corpo – Encontro Internacional de Dança. -----

--- Em termos de reforço da imagem internacional de Sintra, continuamos a reforçar o nosso combate ao radicalismo, e tivemos a oportunidade de termos tido intervenções nesse domínio, quando, no passado mês de abril, estivemos presentes no Comité das Regiões, em Bruxelas. O Programa Municipal de Acolhimento e Integração de Migrantes é considerado um programa exemplar a nível europeu. O “Sintra Inclui” e o “Sintra Integra” são os dois programas que o Comité das Regiões considera como exemplares, e cada vez que a agenda do Comité inclui matérias relacionadas com um ou outro programa (ou mesmo no quadro da OCDE), Sintra é sempre chamada para apresentar estes programas, e discutir com os colegas os programas dos outros – tem sido uma atividade extremamente interessante em relação a estas duas matérias. Na última Sessão do Comité das Regiões onde esta matéria foi abordada, nós entrevistamos e aderimos à iniciativa “Cidades e Regiões – a favor da Integração”. E isto, eu entendo que é de uma importância política enorme! Tenho dito, e continuarei a dizer, que nós consideramos estar no lado certo da História (e a História o dirá), estamos do lado do Humanismo, estamos do lado das pessoas, combatendo aqueles que fazem da exclusão

um elemento de guerra e de radicalismo. -----

---“Políticas Europeias e Economia Nacional” estiverem em debate no Encontro do Portugal Network, que se realizou pela 1ª vez em Portugal, no MU.SA - Museu de Artes de Sintra, no mês de abril, e na sessão de encerramento contamos com a presença de Carlos Moedas, Comissário Europeu para a Investigação, Ciência e Inovação. Foi muito interessante esta exposição, em que também esteve presente a senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, um excelente debate, com conclusões muito importantes. ---

--- Tivemos uma grande solidariedade para com o Município da Beira, sendo um dos primeiros Municípios a ajudar, contribuindo com 120 mil euros através da Cruz Vermelha. -----

--- Tivemos uma visita extremamente importante a Sintra, do Procurador-geral da República Popular da China, que é, em termos hierárquicos, a segunda figura da China, e que a convite da Câmara Municipal, visitou Sintra, tendo almoçado connosco. -----

--- Celebramos bem o Dia da Europa com os nossos jovens, como deve ser celebrado. -----

--- No âmbito de Obras, Mobilidade e Iluminação, o dia 25 de Abril marcou também a abertura do pavilhão Polidesportivo de Fitaes, um grande momento de inauguração. O Mercado Municipal da Vila de Sintra, na Estefânia, foi renovado. Vamos assinar em breve os Parques Intergeracionais de Queluz, Agualva e Rio de Mouro, e isto é muito interessante, estando já alguns parques a funcionar. -----

--- O **Deputado Adolfo Miguel Delgado dos Reis**, do **PSD**, referiu: Recentemente, vimos um debate aceso na Assembleia da República relativamente a uma Lei que pune com alguma veemência a deposição de “beatas” no espaço público. Porque o País está cheio de exemplos disso, ocorreu-me que essa Lei poderá entrar em desuso, conhecendo o nosso País como eu penso que conheço. Daí, lembrei-me que já na década de 90, precisamente no decurso de um executivo socialista, foi aprovada neste Município uma postura municipal que previa a aplicação de sanções pecuniárias aos donos de cães que não recolhessem do espaço público os dejetos dos respetivos animais. Eu gostaria de saber se o senhor Presidente da Câmara tem dados concretos, ou pelo menos aproximados, uma vez que já estamos no 6º ano da sua presidência, relativamente à passagem desse tipo de coimas no nosso Concelho. E era importante saber isso porque, da mesma forma que eu acho que a Lei que foi aprovada na Assembleia da República, relativamente às beatas, é uma Lei pertinente, embora eu ache algo irrealista dado os montantes previstos de sanções que essa Lei contém, também gostaria de saber se a mesma postura tem sido aplicada no nosso Município. ----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Nós, no nosso Regulamento, temos previsto a aplicação de multas, mas neste momento não lhe sei dizer quantas foram aplicadas. Podemos ver e transmitir-lhe depois esses dados. Em relação às beatas, nós temos um plano muito grande de sensibilização. E da água! Não sei se reparou que entregámos uma garrafa-termo a cada trabalhador para que a água não esteja no plástico, nem seja desperdiçada. -----

--- O **Deputado Adolfo Miguel Delgado dos Reis**, do **PSD**, referiu: Solicito à Câmara que dê condições aos munícipes para que estes possam cumprir com a Lei das beatas. É essencial que haja no espaço público locais algo profusos onde as pessoas possam depositar as beatas, sem ser no chão ou no bolso das calças. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Vamos adaptar-nos à Lei, como é evidente. -----

--- O **Deputado Maurício Veríssimo Rodrigues**, do **CDS/PP**, referiu: A propósito do outdoor a que há pouco me referi, ele está no local desde a realização do Congresso Sintra / Economia 20-30, a 26 de outubro de 2018, mas o problema não é esse. Sendo Sintra Património da Humanidade na categoria de Paisagem Cultural, e sendo aquela uma das entradas de Sintra, aquilo é feio, uma cantoneira em ferro forjado, na forma de H e sem qualquer acabamento, serve de taipal que impede a visibilidade de quem entra em Sintra. Para além disso, revela mau-gosto, em termos estéticos, sendo demasiadamente mau para estar à entrada de Sintra. -----

--- Agora, queria falar em dois pontos: nas estradas e nos passeios. -----

--- Começo pelas estradas, falando no mau-estado do piso junto aos arcos do Ramalhão, na EN 9, no sentido Sintra-Cascais, e também, de certa maneira, no sentido inverso, que é um dos acessos mais turísticos, e com um volume de tráfego enorme; também, o assentamento diferencial na Alameda dos Combatentes da Grande Guerra, na zona do monumento, junto ao Jardim da Correnteza e da Biblioteca; na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na descida junto aos Paços do Concelho em direção à Ribeira de Sintra, no sentido descendente, existe um passeio do lado esquerdo, mas como é estreito, as pessoas utilizam a valeta do lado direito, apesar da mesma ter uns pinos para evitar que os carros ali estacionem, o que é bastante perigoso porque tem um grande desnível em relação ao alcatrão, e eu próprio já presenciei a queda de uma pessoa que obrigou um carro a ter que parar, mas se este não circulasse em marcha lenta poderia ter havido um atropelamento – para proteção, a valeta deveria ser interdita à circulação de pessoas, devendo-se por qualquer modo, ou fiscalizar a passagem de peões, ou lajear a valeta, colocando um passeio, circulando as águas pluviais por baixo desse passeio; mais abaixo, a rua da Ribeira também se apresenta em mau estado.

--- Quanto aos passeios, no sentido Sintra-Cascais, na EN 9, na primeira rotunda que dá acesso ao Quartel dos Bombeiros de São Pedro de Sintra, o passeio, ao contornar o parque de estacionamento, é estrangulado pelo muro diminuindo a sua largura de 1,5 m para 0,5 m, não permitindo naquele local a passagem de uma cadeira de rodas ou de um carrinho de bebé, devendo ser destruída a parte do muro que bloqueia o passeio, repondo-se a normal largura do passeio; mais à frente, depois de passar o portão de acesso ao Estabelecimento Prisional de Sintra, o passeio acaba abruptamente, recomeçando passados uns 150 m, obrigando os peões a passar para o outro lado da estrada, o que é pouco recomendável para o fazerem devido ao intenso tráfego, e num local onde nem sequer existe uma passadeira – a alternativa é continuarem por um carreiro atrás do rail de proteção; também o passeio no lado esquerdo do túnel da Portela de Sintra (estamos de novo ali ao pé do outdoor), para quem sobe do lado do antigo Tribunal de Sintra para o parque de estacionamento da Portela, depara-se com o passeio a acabar abruptamente no relvado da lateral da rotunda, no início da Avenida Mário Firmino Miguel; mais à frente da mesma rua, quem quer ir a pé desde o parque de estacionamento da Portela para o Tribunal só tem passeio lajeado após a entrada do acesso ao parque de estacionamento – quem sair do parque de estacionamento pela passagem destinada aos peões terá que atravessar a rua, ir pelo passeio central, até à passadeira antes da rotunda do Tribunal. -----

--- Tudo isto é aqui bem perto, no coração de Sintra, e se puder ser regularizado, eu trago aqui umas fotografias identificativas do que eu estive a dizer, caso queiram receber. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Bom, nós estamos a discutir a nossa atividade de abril e de maio, sendo esta que nos trás uma atividade de todos os dias. Peço ao Dr. Quintas que tome nota desta matéria, e dar-lhe o devido andamento. -----

--- O **Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Senhor Presidente, algumas questões

relacionadas com a Atividade Municipal de abril e maio, e também com aspetos mais alargados do nosso Concelho. Primeiro ponto, sobre o que se passou na interdição das estradas da Serra de Sintra, no final do mês de maio. Na altura, tive a ocasião de manifestar publicamente o meu apoio à medida, que eu acho ter sido uma medida necessária e ponderada. Estranho um pouco aquilo que se passou às portas da Câmara Municipal, e nas ruas de Sintra, na sequência da medida, mas penso que, pelas questões climáticas e a favor da proteção da nossa Serra de Sintra, vamos ter mais situações em que o trânsito vai ter que ser cortado, e até por mais tempo e num perímetro mais alargado da Serra. Fui ouvindo várias partes, e uma das coisas que ouvi, e que lhe queria perguntar, é que alguns dos operadores turísticos queixam-se de desigualdade de tratamento, dizendo que os operadores turísticos de massa, os grandes autocarros, empresas com grande circulação de autocarros pela Serra e em locais turísticos, foram tratados de forma diferente. Isto corresponde à verdade, senhor Presidente? Houve algum tipo de exceção nessas situações? E esta é uma clarificação necessária, até porque a medida que tomou, como lhe disse, tem todo o meu apoio, mas quanto mais clara for a situação melhor estaremos. -----

--- A segunda pergunta que lhe quero colocar tem a ver com um assunto que até já trouxe aqui por diversas vezes, mas que continua na minha agenda de preocupações, que tem a ver com a aplicação do glifosato no Concelho de Sintra. Já nos transmitiu na última Sessão da Assembleia Municipal que a Câmara Municipal vai deixar de o usar, aliás, já o tinha dito por diversas vezes, nos últimos meses, a cada pergunta minha. Vi nesta semana que a Câmara Municipal fez grande comunicação sobre isso, quer nas redes sociais, quer no seu site institucional, mas em boa verdade, continuamos a encontrar nas paredes, e em alguns sítios do Concelho, avisos de empresas que cuidam dos espaços verdes, contratadas pelas Juntas de Freguesia e, não sabendo precisar, penso que também pela Câmara Municipal, que continuam a utilizar herbicidas com glifosato. Agora que já adaptou os Serviços, já tem monda mecânica, já procurou alternativas, o que é que a Câmara Municipal vai fazer para sensibilizar as empresas, para sensibilizar as Juntas de Freguesia sobre a questão do glifosato? -----

--- Terceira questão! No dia 24 de junho, na próxima segunda-feira, o Grupo de Escoteiros 93 de Sintra, da Associação de Escoteiros de Portugal, completa 85 anos de atividade, sendo a mais antiga Associação Juvenil do Concelho, com um trabalho meritório e reconhecido. Tivemos, há uns meses, uma grande polémica em torno da Sede, na antiga Cadeia Comarcã, que resultou num acordo com o compromisso formal da Câmara para a realização das necessárias obras. Qual o ponto da situação destas obras? Como é que estamos em relação ao calendário? Para quando é que se prevê a reabertura da antiga Cadeia Comarcã, e a sua utilização por parte do Grupo de Escoteiros 93, de Sintra? -----

--- Quarta questão! O Relatório de Atividades foca, e o senhor Presidente também o fez, a realização de várias iniciativas na Quinta da Ribafria, e o senhor Deputado Maurício Rodrigues também falou de acessos pedonais em várias zonas do Concelho. O tal acesso pedonal que iria ser feito à Quinta da Ribafria a partir do Lourel, em que ponto de situação é que estamos? E para quando? De facto, temos ali um espaço de excelência, com uma zona verde muito apreciada pelas nossas munícipes e pelos nossos munícipes, motivos que trazem muita gente, mas quem não tem ou não quer ir de automóvel até à Ribafria tem muita dificuldade em chegar lá a pé e em segurança. Por conseguinte, precisamos de uma resposta rápida. Um passeio ao longo da estrada até à Ribafria seria o ideal, mas sabemos que este acesso também está para criação, pelo que queremos saber para quando? -----

--- A quinta questão está relacionada com o lixo, com a recolha de resíduos. Tem sido feito um esforço enorme, por parte dos SMAS, para corresponder à situação que se prende com a recolha dos resíduos urbanos, é verdade! Contudo, continuamos em muitos sítios do Concelho, em algumas alturas da semana

mais particulares, mas muitas vezes em dias normais, a determinadas horas, a encontrar contentores do lixo sobrelotados. Isto acontece particularmente em zonas onde há muito comércio, sobretudo em zonas onde há muita restauração. Que medidas é que estão a ser pensadas para trabalhar, junto do comércio e da restauração, para evitar este tipo de situações? É notório que, inclusivamente, não existe preocupação com a reciclagem; não há a preocupação em depositar o lixo nos locais certos porque, quando os contentores estão cheios, os comerciantes e os agentes da restauração, deixam o lixo fora do local próprio que é o contentor – ainda há 3 dias, ao pé do Hotel Seteais, era a situação que se verificava ao final da tarde. De facto, o Concelho de Sintra não ganha com este tipo de situações, e acho que um trabalho dirigido aos comerciantes e aos empresários da restauração seria muito importante. -----

--- Última questão, esta tendo surgido já no decorrer desta Sessão, tem a ver com o famoso outdoor que o senhor Deputado Maurício Rodrigues aqui trouxe, e já tinha trazido numa anterior Sessão. Aquele outdoor não me suscita uma grande preocupação, agora, os écrans de grande dimensão que, um pouco por todo o Concelho, estão plantados a passar publicidade e, por vezes, a dar alguma informação como, por exemplo, à entrada de Rio de Mouro, na rotunda das Escolas (mas há outros), esses sim, preocupam-nos. Por quê? Porque, para além de esteticamente não serem do mais agradável, são écrans que emitem muita luminosidade, quer ao final do dia, quer à noite, sendo muito agressivos para quem passa, sobretudo para os condutores. Eu pergunto à Câmara se tem alguma medida pensada para dar resposta a essas estruturas porque, de facto, são poluição visual e colocam em causa a segurança das pessoas. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Começando por lhe responder à sua última questão sobre outdoors e écrans, há meses que foram todos retirados, não havendo um único neste momento, exatamente pelo que acabou de dizer. E nós retirámo-los todos. -----

--- Sobre se houve ou não objetividade nos veículos que poderiam ir à Serra, sim, houve completa objetividade. A definição de transporte coletivo, que aliás foi feita pelo Comandante Laje via televisão, são aqueles que estão licenciados, têm paragens obrigatórias, nós sabemos onde é que eles andam em cada momento, e tem de ter a identificação TC, de transporte coletivo - por exemplo, um autocarro Douro Azul, além de ser um transporte turístico, é também transporte coletivo, e esses também estão autorizados. Agora, tem razão quando diz haver a necessidade de sermos claros na decisão. Nós criámos um Gabinete de Risco, e tivemos a primeira reunião, saindo para a semana, em termos públicos, o primeiro conjunto muito claro de decisões tomadas agora, e para futuro. E uma das coisas que nós vamos dizer, em anexo a essa decisão, é precisamente a definição do que são Transportes Coletivos, porque se pode prestar a confusões. Por conseguinte, nós nunca faríamos diferenciação em relação a essa matéria. -----

--- Em relação ao glifosato, nós temos feito tudo quanto está ao nosso alcance fazer. O Dr. Quintas tem vindo a tutelar essa matéria, e nós estamos a fazer grandes investimentos no combate ao glifosato. Nesta altura, já investimos 360 mil euros, sendo 150 mil euros de procedimento externo, e 210 mil euros para a aquisição da munda biológica. Em relação à munda mecânica, nós reforçámos em 2 vetores, com mais pessoal. E agora estamos a tentar a munda térmica, ou seja, nós estamos a fazer tudo aquilo que tem de ser feito. -----

--- No que concerne aos Escoteiros, felizmente, nós temos a melhor relação com os Escoteiros, que já se encontraram com o Dr. Quintas e, em conjunto com o Eng.º Infante, está tudo preparado para seguirem as obras que vão começar agora. No dia 29 de julho vai ter lugar aqui, nesta sala, um evento para o qual eu fui convidado e estarei cá com eles. Portanto, estamos a fazer um bom trabalho em conjunto, estando as coisas a correr muito bem. -----

--- Em relação ao acesso pedonal a Lourel, este está feito. E foi feito ainda antes da transferência para a Fundação CulturSintra, e até à entrada da Ribafria. Agora, há uma coisa que o André Beja tem razão (se o disser), e que é o que se relaciona com a limpeza e desmatação, um dos problemas que, neste momento, nós temos na Quinta da Ribafria. Quando tomámos conta da Quinta, as ervas cobriam as estátuas, em estado de completo abandono. Agora, e em primeiro lugar, nós vamos fazer a limpeza, e só depois, as obras no palácio, num montante de 4,5 milhões, em 3 fases. O acesso pedonal a Lourel está feito, embora a limpeza possa ser, eventualmente, um problema, mas se isso o for vamos estar atentos para ver se é necessário realizar alguma intervenção. -----

--- Quanto à recolha do lixo, é possível acontecerem coisas como as que relatou aqui, mas que está muito melhor, isso está. E a partir de janeiro, melhor irá ficar, porque já teremos as camionetes todas, espera-se, embora já tenham chegado uma grande parte, e também já teremos os contentores, pelo menos, uma grande parte deles. É claro que haverá sempre problemas destes, que também têm muito a ver com a civilidade das pessoas, e até já registamos casos de pessoas que, só para não levantarem a tampa do contentor, colocam o lixo no chão. -----

--- Em relação aos outdoors, já lhe expliquei, pelo que creio ter respondido a todas as suas questões. -----

--- **O Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Relatório de Atividades, página 6: “Passe Único entrou em vigor”. Importa dizer que foi uma boa medida e, há muito, desejada, aliás, diversas vezes referidas pela CDU, porque: veio trazer uma maior mobilidade às pessoas; permite conhecer melhor as áreas servidas por este sistema; ajuda as famílias na redução de despesas com transportes; permite um melhor ambiente com menos poluição; tira milhares de carros das nossas estradas, sendo, portanto, uma medida amiga do ar que respiramos; e uma medida que eu reputo da maior importância é aquela que permite uma maior mobilidade aos nossos reformados, e por consequência, uma melhor qualidade de vida. No entanto, nem tudo está a correr bem: talvez por não se esperar uma tão vasta adesão, não foi acautelada a escassez de transportes, ou seja, a medida não foi acompanhada de um forte investimento nos meios para que as pessoas tivessem alguma qualidade quando se deslocam; a solução que os operadores estão a encontrar, suprimindo lugares sentados e encavalitando as pessoas, não é a mais correta, correndo-se o risco de uma medida estruturante na deslocação das pessoas se transformar num pesadelo. Ao invés das soluções que os operadores estão a encontrar, é necessário um investimento urgente nos meios de transporte. A nossa Câmara já refletiu sobre esta questão? E o que pensa propor junto dos operadores? ---

--- Na página 11: “A autarquia avança com investimento de 7,8 milhões nas Escolas do Estado central”. É conhecida a nossa posição sobre esta matéria, por mais de uma vez exposta, pelo que me escuso de comentar esta parte do Relatório, até porque, quando falo sobre este assunto, há um grande incómodo por parte do senhor Presidente e dos senhores Vereadores do Partido Socialista. -----

--- Na 15ª página: Câmara Municipal de Sintra distinguida com “Fénix de Honra” da Liga dos Bombeiros Portugueses! Dar os parabéns à Câmara Municipal de Sintra, e por inerência, ao senhor Presidente de Câmara, por esta distinção concedida por uma entidade que é tão criteriosa na atribuição das suas distinções honoríficas. Não é uma entidade que, com facilidade, atribua as suas distinções honoríficas, ou que as banalize, e elas, quando são atribuídas, são mesmo por mérito próprio. Reconhecer que, nesta área, a Câmara tem feito um trabalho meritório, e não me custa nada fazer este reconhecimento. No plano da atribuição e da distribuição dois apoios às Associações, na minha opinião, há críticas a fazer, mas não as vou desenvolver porque as tenho feito em outros fóruns, não sendo adequado, na minha perspetiva, fazê-lo aqui por ser parte interessada, entendendo que eticamente não devo aproveitar-me por ter acesso a este

palco de debate, fazendo-o em sede própria. Aproveitar para dizer que, no âmbito das comemorações do Mês Municipal do Bombeiro, mais à frente referido no Relatório, a Parada e o Desfile decorreram com muita dignidade e um grande empenho das Corporações de Bombeiros. -----

--- Página 18: “Autarquia reforça defesa da floresta contra incêndios”. Está para vir a esta Sede o Regulamento Contra Incêndios, há dias, discutido em Comissão. É um documento importante, obrigatório por Lei. Em sede de discussão no plenário da Assembleia Municipal teremos algo a dizer e daremos a nossa opinião, embora diga desde já que o reforço de meios operacionais foi um passo importante para o cumprimento do Regulamento que possa vir a ser discutido e votado nesta Assembleia. Aqui, queria referir com toda a frontalidade que as medidas tomadas na devida altura sobre a Serra de Sintra, podem não ter sido totalmente compreendidas, e admito que algumas até pudessem ter sido tomadas diferentemente – percebemos que uma medida que foi decidida há muito pouco tempo, não estando experimentada, pudesse ter acontecido ali alguns erros, ou qualquer coisa que possa ter contribuído para que não tivesse corrido como desejado -, mas parece-me, no entanto, que as medidas que estão previstas no Regulamento deixam claro, quando os alertas amarelos, laranjas ou vermelhos são decretados com diversos graus de proibição de circulação na Serra, que são um passo importante e determinante para que essas questões sejam ultrapassadas. Na minha opinião, estamos no bom caminho. Como já o tenho dito muitas vezes, a proteção da Serra é algo que diz muito aos Bombeiros, e vocês nem imaginam o ambiente que se instalou nas Associações quando ocorreu, há pouco tempo, o incêndio na Serra – vi bombeiros quase com lágrimas nos olhos porque não queriam de forma alguma deixar que a Serra ardesse. Aliás, nos apuramentos pós-incêndios que ocorreram, ficou claro que a intervenção dos Bombeiros e este Regulamento fazem com que aquilo que pode ser um incêndio não passe de uma fogueira. Portanto, todas as medidas que constam do Regulamento são importantes, embora eu não tenha analisado todas porque este documento é muito vasto, havendo algumas coisas no Regulamento com as quais não estou de acordo, mas teremos oportunidade para as discutir melhor. -----

--- Entro, agora, por algumas questões que não estão contempladas no Relatório, mas penso que são importantes, pelo que vou referi-las, e caso não tenha elementos para me responder agora, fá-lo-á em outra altura. -----

--- Em relação à Loja do Cidadão do Cacém, temos ouvido, por parte da Câmara Municipal de Sintra e do senhor Presidente, referirem esta Loja do Cidadão como sendo um caso de sucesso. Ainda bem! Ficamos contentes quando o investimento resulta, e vem servir melhor a população do Concelho. Todavia, nem tudo está bem. Subsiste o problema das filas que se formam muito cedo, com claro prejuízo para os munícipes que têm que aguardar horas para serem atendidos, muitas vezes ao frio e à chuva. Pensamos que é preciso tomar medidas para obviar a essa situação, esperando atentamente que essas medidas apareçam rapidamente. Com isto, não estamos a criticar a decisão, que foi uma decisão bem tomada, mas há que olhar para ela, ver o seu funcionamento, e o que não estiver a funcionar bem, tomar medidas que o corrija. É nessa perspetiva que tem razão de ser esta nossa intervenção. -----

--- No que concerne à Quinta da Marquesa, li algures uma referência a um Plano de Pormenor sobre este espaço, mas não sei do que se trata. É possível sermos elucidados sobre isto? Que Plano de Pormenor é este? Qual o objetivo? O que é que se pretende? -----

--- Tem-se falado com alguma frequência no PDM-Sintra. Gostaríamos de saber se é possível sermos elucidados sobre qual o ponto da situação? O PDM é um documento importante, é estruturante, e faz falta ao Concelho, pelo que se torna importante termos uma noção sobre qual o ponto de situação em que se encontra. -----

--- Em relação ao Mercado Municipal de Casal de Cambra, chegou-nos a informação que este espaço se encontra degradado, carecendo de obras de reabilitação. A Câmara Municipal de Sintra já se debruçou sobre esse assunto? Está a equacionar alguma solução? Ou é assunto não tratado! -----

--- A construção da Pousada Juventude está muito atrasada, e já por diversas vezes salientei este assunto, como é do conhecimento de todos, e já reconhecido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal. Foram tomadas medidas para melhorar esta situação? Se sim, quais? Não ponho em causa porque conheço bem o mercado e estou perfeitamente identificado com o que se passa, mas era importante termos uma informação sobre as medidas que estão a ser tomadas para que esta situação se resolva. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Em relação ao Passe Único, ele começou a ser trabalhado ainda eu estava como Presidente da Área Metropolitana de Lisboa. Tiveram lugar várias discussões com várias entidades. Agora, o Carlos Humberto está na parte executiva, e o Fernando Medina deu um grande e decisivo impulso a esta matéria, e muito bem. A grande questão que se colocava era isto: toda a gente sabia que não era possível fazer-se o Passe único e a oferta de equipamento ao mesmo tempo, colocando-se a questão de se atrasar a entrada em vigor do Passe até que chegasse o equipamento necessário; O Fernando Medina achou, e nós com ele, que não se devia atrasar o Passe, ainda que corrésemos o risco de acontecer esse desencontro desagradável de que falou, e com toda a razão, mas é melhor as famílias já terem o Passe Familiar nos 60 euros, ainda que com esses constrangimentos de falta de oferta, do que continuar a pagar o que pagavam. E mais, esse problema não é criado pelo Passe único porque já lá estava, isto é, a deficiência de oferta de transportes já lá estava, e o Passe só veio agravá-la. Agora, não é correto dizer-se que não se fez nada, porque se fez. O aumento da oferta rodoviária foi imediato, e ainda agora soube que a Câmara de Lisboa já comprou mais 200 autocarros, e vai fazer concurso para mais algumas centenas, ou seja, o transporte rodoviário que faz parte da Câmara Municipal de Lisboa, esta está a fazer o que lhe compete, aumentando a oferta rodoviária enquanto o equipamento ferroviário não chega. É verdade que há, ainda, um desfasamento entre o aumento da oferta e o aumento da procura, mas também é verdade que esse desfasamento, a partir de janeiro, vai ser melhorado drasticamente, a partir dos concursos que já estão em causa. Neste momento, a Área Metropolitana de Lisboa já está a tomar as medidas adequadas para mitigar esta questão. O que é verdade, também, é que o Fernando Medina e o Carlos Humberto têm feito um magnífico trabalho, nesta matéria, que entendo como necessário registar. -----

--- Sobre o investimento nas Escolas, aqui, o senhor Deputado não se pronunciou, mas deixe-me frisar que estamos a falar de Escolas onde chovia lá dentro, de ginnodesportivos fechados, de cozinhas que seriam encerradas caso houvesse uma vistoria da ASAE. Neste âmbito, nós já instalámos 48 cozinhas, a 100 mil euros cada uma, porque as cozinhas têm que ser boas, seja numa EB1, EB2 ou EB3, não me interessando que sejam da competência do Governo, ou não, o que me interessa é que eu não posso conviver com isso. Nós temos meios, vamos lá, e quando o Governo tiver os meios há de nos pagar. Agora, os nossos miúdos não ficam a comer servidos por cozinhas sem condições, não ficam a ver os seus ginnodesportivos fechados nem a chover nos seus espaços-aula, isso é que eu não permito. -----

--- Em relação aos incêndios, não posso estar mais de acordo consigo. Aliás, nós temos a felicidade de termos, em Sintra, Corporações de Bombeiros muitíssimo competentes, bons, pessoas de uma dedicação enorme. Quando aconteceu, agora, o grande fogo na Serra, que invadiu Cascais, nós sabemos bem, e você melhor do que ninguém, o trabalho magnífico de defesa que foi realizado pelos nossos Bombeiros. Portanto,

tudo aquilo que a gente fizer para apoiar os nossos Bombeiros, não é despesa, antes, investimento, e do melhor que podemos fazer. -----

--- Loja do Cidadão do Cacém! Tem razão, mas sabe que é a 2ª maior Loja do País? Tem uma frequência diária de duas mil pessoas, pelo que se torna obvio que surjam filas. E mais, há centenas de pessoas que são de outros Concelhos e vêm para cá. E como é que nós resolvemos isto, Jacinto? Com as duas novas Lojas do Cidadão que vamos abrir, a de Queluz e a de Mem Martins, precisamente para descomprimir a Loja do Cacém. E nessa altura, estou convencido disso, as filas vão diminuir. -----

--- Em relação ao PDM, irá ter lugar uma reunião na CCDR, no próximo dia 16 de julho. Entretanto, tivemos um Conselho de Estratégia Ambiental onde este problema foi colocado em relação ao Ministério do Ambiente, e o novo Presidente da CCDR manifestou uma grande abertura para uma discussão rápida do nosso PDM. Portanto, neste momento, o nosso PDM está onde deve estar, que é nas entidades públicas. -

--- No Mercado Municipal de Casal de Cambra, as obras estão a ser coordenadas com o Presidente da Junta de Freguesia, obras essas que vamos fazer com alguma generosidade para um Mercado que não prima por um grande movimento. -----

--- A Pousada da Juventude é um problema imenso que temos em mãos. Nós não quisemos tomar medidas porque a empresa que está com a Pousada da Juventude é a mesma que estava a fazer o Centro de Saúde de Sintra. E não quisemos fazer a intervenção porque, entre a Pousada e o Centro de Saúde, nós achámos que o Centro de Saúde tinha que ser concluído primeiro. Ora bem, o Centro de Saúde acabou, está feito. Agora, a Pousada. Já tivemos duas reuniões, a última muito recentemente, comprometendo-se o empreiteiro a acabar esta obra. Estamos com um ano de atraso, o que é absolutamente incrível. Podíamos dizer, há um ano atrás, que agiríamos e que iríamos multar, mas tínhamos o Centro de Saúde Sintra, e o problema é que ficávamos com dois, pelo que nada poderíamos fazer enquanto o Centro de Saúde de Sintra não fosse concluído. Agora que está acabado, o que nós dissemos ao empreiteiro é que nós íamos começar a fazer fiscalizações semanais e saber o número de pessoas que estão a trabalhar na Pousada. Mas a verdade é que essas fiscalizações não nos dão nenhuma tranquilidade, e portanto, eventualmente, vamos ter de tomar posição que, na altura própria, vamos comunicar e fazer. Vamos ver, não gosto de antecipar decisões sobre processos concretos, mas alguma coisa vamos ter que fazer. A Pousada da Juventude foi adjudicada por cerca de um milhão de euros, um pouco menos, mas se nós olharmos para aquela obra, para o que já foi feito, só em cimento e ferro, nós percebemos as dificuldades em presença. Mas nós não forçámos ninguém a ficar com esta obra da Pousada, mais, colocámos a concurso com uma base muito superior, mas a empresa baixou muito o preço para ficar com a Pousada. Um outro problema associado com que nos deparamos é que já tínhamos a decoração dos interiores e apalavrado todo o equipamento necessário, e agora, tivemos que pedir o adiamento de tudo, o que conseguimos com a boa vontade dos fornecedores, caso contrário, poderíamos ter aqui um problema muito sério. -----

--- **O Presidente da Junta da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, Deputado Guilherme Joaquim Coimbra Ponce Leão**, referiu: Senhor Presidente, aproveitando o facto de o senhor Deputado Adolfo Reis ter vindo aqui falar sobre uma problemática que cada vez está a ficar pior, e tornar-se-á numa praga dentro de muito pouco tempo, eu vinha solicitar a Vª Exª, ao abrigo do Regulamento Municipal sobre os animais na via pública, e na perspetiva de enriquecer mais os cofres da Câmara, que a Polícia Municipal comesse a trabalhar multando todos os donos de animais que, na via pública, deixam dejetar os animais sem a sua posterior remoção. Eu tenho bastantes cães, e aliás, para além da minha mulher, durmo com um cãozinho pequenino, muito simpático, no fundo da cama, pelo que ainda há de

nascer o primeiro que me possa dizer como bem tratar cães. Eu quero dizer a V^a Ex^a que, ontem mesmo, mandei encerrar o recinto polidesportivo da Terrugem, bem como o Parque Infantil de Godigana, locais estes onde V^a Ex^a vai passar na 2^a feira aquando da realização da Presidência Aberta, porque eu teria vergonha, que o senhor tivesse que andar lá ao “pé-coxinho”. Posso dizer-lhe que, quando temos a Feira mensal, não querendo exagerar, coisa de que sou acusado por vezes, mas nós tiramos um carro-de-mão de dejetos de animais do multiusos de São João, e do recinto polivalente da Terrugem. Também posso dizer-lhe que o recinto de São João já levou mais de 50 placas de proibição para os respetivos donos deixarem os seus cães dejetar, e esta informação não é dirigida aos cães (ainda ninguém os conseguiu por a falar, mas é para os donos. E são os próprios donos, aqueles paladinos da defesa dos animais e da defesa do ambiente, como já foram detetados, que durante a noite vão arrancar aquelas placas que visam que haja algum respeito pelas demais pessoas. Portanto, e dado que, ao abrigo do Regulamento Municipal, a coima para quem não apanhe o “cocozinho” dos cães vai de 60 a 1.200 euros – isto, senhor Presidente, vinha mesmo a calhar para que pudéssemos angariar uns milhões de euros para os cofres da Câmara, permitindo mesmo a contratação de mais uns 50 polícias municipais. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: O senhor Comandante da Polícia Municipal ouviu e, seguramente, agendou esta intervenção. -----

--- A **Deputada Eunice da Conceição Baeta**, do **CDS-PP**, referiu: Venho aqui falar da reunião de ontem do Conselho Estratégico Empresarial. Sinceramente, agradou-me aquilo que ouvi. Entendo que irá ser feito um investimento num sector empresarial do nosso concelho importantíssimo que, durante alguns anos, sofreu algum abandono, até mesmo pelas mutações económicas do nosso país, que é a indústria da pedra. Agradou-me ouvir dizer que vai ser possível fazer um aproveitamento a quase 100% de todo o material, uma vez que todos sabemos que prejudica imenso o ambiente a libertação dos pós decorrentes desta indústria. Gostaria de ter tido um contacto mais próximo com esta proposta e aprofundá-la mais, mas terei oportunidade de pedir a quem de direito para o fazer. -----

--- Relativamente à comissão que coordeno, gostava de fazer uma sugestão: Decorreu durante este fim de semana a Feira da Saúde do Concelho de Sintra, com a visita do vereador responsável pela área, e detetei que na Avenida Heliodoro Salgado, que é uma rua que toda a gente critica porque está ao abandono, a feira conseguiu criar ali algum dinamismo. A minha sugestão vai no sentido de abrir um concurso de música ou de estátuas humanas que possam decorrer numas manhãs de domingo de cada mês, por forma a conseguir criar ali o tal dinamismo. Os comerciantes sentiram-se satisfeitos. As pessoas saíram à rua. No verão aquela zona pedonal é agradável e as pessoas gostam de passear. Conseguimos também deslocalizar alguns dos turistas que se deslocam exclusivamente para o centro histórico. Trata-se de uma zona muito agradável que, infelizmente, não tem sido tão bem aproveitada como gostaríamos. Deixo aqui esta sugestão, que também foi dada na Assembleia de Freguesia, pois entendo que é uma ideia a ponderar e gostaria que o senhor Presidente olhasse para ela com algum carinho. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Ainda bem que referiu a reunião do Conselho Estratégico Empresarial, que é muito interessante. Gostaria muito que aprofundasse a sua presença e teremos o maior gosto em fornecer-lhe os elementos que entender. -----

--- Em relação à Avenida Heliodoro Salgado, são sugestões e estão registadas. Temos feito alguma animação no local, mas entendo que nunca é suficiente. Vamos pensar nas suas sugestões e,

oportunamente, tentar dar-lhes execução. -----

--- A **Deputada Maria Helena Pissarro Cardoso**, do **PS**, referiu: Vou trazer aqui o tema da educação e falar da Mostra do Ensino Secundário de Sintra, que teve lugar nos dias 2,3 e 4 de maio, nas antigas instalações da Melka, na Cidade de Aqualva-Cacém. Foi dado destaque às ofertas formativas das escolas do concelho, de modo a capacitar alunos e famílias a formularem as melhores escolhas do percurso formativo já no próximo ano letivo. Este certame contou com a quase totalidade dos Agrupamentos de Escolas de Sintra, tendo tido grande adesão por parte das comunidades educativas, quer ao nível da participação na dinamização dos stands, quer no número de visitantes do evento. Não posso deixar de fazer aqui uma referencia ao *feedback* que tivemos por parte da população, que via as instalações da Melka fechadas há tantos anos, sendo que muitas pessoas se deslocaram ao local mais do que uma vez para voltarem a poder estar naquele espaço. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Muito obrigado pela sua intervenção, que foi tão interessante e oportuna. A Melka é um caso de sucesso e isso deve-se muito ao Vereador Rui Pereira. A Melka esteve para ser demolida várias vezes, porque para recuperar o espaço os orçamentos que por aí andavam eram de milhões, e a Câmara não iria gastar milhões sem saber o que ali fazer. Agora já sabemos o que vamos fazer com a Melka. A Mostra foi um enorme sucesso, mobilizou todas as escolas do concelho e a Melka tem vida. Neste momento existe um orçamento de 330 000 € para fazer as obras na Melka, que vão ser feitas, ali se vai instalar a Escola do Património e ensino profissional de nível superior e, portanto, a Melka vai voltar a ter vida. Mas isto com um investimento de 330 000 € e não os 4,5 milhões, que foi o primeiro orçamento da Melka, sendo que esse não o fariamos. Agora sim, temos um investimento adequado e um objetivo definido, e a Melka vai ser motivo de regozijo para todos. -

--- A **Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: A matéria que vou abordar não diz respeito á atividade municipal dos últimos dois meses, mas com a atividade municipal no seu conjunto. A Escola Básica de Alvarinhos encerrou, certamente porque não havia crianças suficientes. Mas dizem-nos os habitantes de Alvarinhos que aquele equipamento não tem utilização. Permito-me fazer aqui uma sugestão, senhor Presidente, se achar por bem atendê-la e estudá-la. Será que não poderia lá ser feito um Jardim de Infância? Como o *ratio* das crianças para os jardins de infância é feito por concelho e não por localidade, podia ser possível utilizar aquele equipamento para esta finalidade. Fica a sugestão. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Há algo que não pode acontecer, que é existirem equipamentos da câmara desocupados. Ou são ocupados, ou são vendidos. Portanto, vamos ter de verificar quais as Escolas que não estão a ser utilizadas e estudar qual a utilidade que se pode dar às mesmas.-----

--- O **Líder do PS, Deputado António Luís Oliveira dos Santos Lopes**, referiu: Uma intervenção muito breve para abordar uma questão, que já foi aqui levantada por outras bancadas, que diz respeito ao passe único. Não ficaria bem com a minha consciência e com aquilo que é a opinião dos meus camaradas se não viesse aqui referir o seguinte: foi feita aqui uma associação entre o passe único e o número de pessoas que poderiam vir a aderir ao mesmo por causa das vantagens e do preço, e a questão da necessidade de reforçar imediatamente os transportes públicos. Obviamente que as duas situações devem andar ligadas pois vai

existir uma pressão. Mas tentar denegrir ou desvalorizar aquela que é uma medida que consideramos verdadeiramente revolucionária, pois é uma medida que permite uma amplitude de movimentos da população nas zonas urbanas; que permite que os reformados se possam deslocar durante o dia, o que muitas vezes se configurava impossível; uma medida que permite que muita gente deixe de utilizar o automóvel e passe a utilizar os transportes públicos; desvalorizar estes fatores porque, imediatamente, poderá haver alguma pressão no sistema, sinceramente, entendemos que teríamos que vir aqui tecer algumas considerações. Isto está ao nível de uma situação no tempo da troika, em que havia um comissário holandês que dizia que era bom que se cortassem os rendimentos aos Portugueses porque eles gastavam tudo em vinho e em mulheres! Portanto, daqui a pouco, alguém pode vir dizer que se calhar é melhor não baixar os preços porque isso vai criar uma pressão tão grande! Vamos então raciocinar ao contrário e imaginar que as pessoas que utilizavam o automóvel decidiram utilizar os transportes públicos e que as condições se transformaram de tal forma – o que não corresponde à realidade – para uma situação em que as pessoas desistiriam de utilizar os transportes públicos. Ainda que assim fosse, aqueles que continuariam a utilizá-los estariam a pagar muito menos. Portanto, pelo menos para todos esses – que já são muitos – haveria sempre uma vantagem brutal. Já não falo daqueles que utilizam fora das horas de ponta e dos horários de trabalho, como é o caso dos jovens e dos reformados, que vão ter uma amplitude de deslocação consideravelmente superior. Eu parto sempre do princípio que os utilizadores são racionais e, se o sistema se tornasse insuportável, regressariam à utilização do automóvel e para os outros meios de transporte que utilizavam. Penso que não é isso que vai acontecer. Simultaneamente, a existência do passe único é uma pressão positiva para que hajam melhorias ao nível da oferta. Obviamente que essa pressão existe, mas é uma pressão do ponto de vista positivo porque vai melhorar a qualidade do ambiente nas cidades; melhorar o conhecimento dos cidadãos destas metrópoles de zonas que pareciam imensamente distantes só porque o custo em transportes era brutal; vai melhorar a qualidade de vida das famílias que têm estudantes, e sabemos bem quanto custava a uma família que vivesse na zona rural pagar em transportes para ter um filho a estudar em Lisboa. Eu gostaria de sublinhar isto porque, ao fim de duas ou três intervenções em que, mesmo que de forma subtil, se vai desvalorizando a questão do passe único por conta da pressão que foi introduzida no sistema, no nosso entendimento é errado. Queremos valorizar uma medida positiva, que foi feita por um Governo PS, com o apoio do Bloco de Esquerda e do PCP. Esta medida tem um valor e um alcance muito superior aos constrangimentos que possam existir neste momento e que, certamente, serão ultrapassados. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Reforçando aquilo que o deputado António Luís Lopes acabou de dizer, em Sintra temos de estar duplamente agradecidos, porque Sintra não estava na coroa dos transportes. Estávamos fora. Agora estamos em igualdade de circunstâncias com Lisboa e com a Amadora. Trata-se de uma vantagem excecional. Ganhámos em termos de justiça e em rendimentos. É muito importante perceber este passo que Sintra deu. -----

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Eu não sei se quando o deputado António Luís Lopes falou se estava a referir-se à minha intervenção. Se estivesse, nunca estive na minha intenção desvalorizar esta medida, antes pelo contrário, enumerei um conjunto de fatores importantes, inclusive, quando referi o investimento face à afirmação de que não era previsível aquele número de adesão. Aliás, isso foi confirmado pelo senhor Presidente. O que eu digo é que é necessário resolver este problema, por uma razão muito simples: sendo uma medida estruturante, que transforma a mobilidade das pessoas

no distrito de Lisboa, corre-se o risco de ela ser desvalorizada e abandonada por muitos se, atempadamente, não se alocar os meios necessários para o seu desenvolvimento. -----

--- Outro assunto, que não foi respondido pelo senhor Presidente, tem a ver com a Quinta da Marquesa. Mas como este assunto não consta do relatório, pode o senhor Presidente não ter conhecimento e seguramente que responderá noutra altura. -----

--- Gostaria que todos refletíssemos sobre o seguinte: falamos com frequência sobre os Mercados Municipais que, nesta altura e na sua grande maioria, encontram-se semiabandonados. Quando entro em alguns Mercados Municipais até me interrogo como é que aquelas pessoas conseguem retirar dali o seu provento. Gostaria que refletíssemos se mantendo os mercados para as pessoas que ainda lá vão – o que é importante – não se poderia dar aqueles espaços uma outra dinâmica? Há que pensar nisso e apurar da necessidade de dar outras atividades por forma a que eles possam ser revitalizados. -----

--- Sobre as Lojas do Cidadão, espero que as medidas que estão a ser tomadas possam resolver o problema. Efetivamente, são espaços importantes para as pessoas, mas que não fazem muito sentido se tiverem filas permanentes nesses locais. Espero que estas medidas resolvam o problema. Caso contrário, estaremos cá para voltar a discuti-lo.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: O que se passa com a Quinta da Marquesa é o seguinte: fomos confrontados com um alvará de loteamento que permitia a construção de 800 000 metros quadrados. Não sei se está a ver o que era 800 000 metros quadrados ali ao pé da Tapada das Mercês. Tivemos que anular esse alvará. Obviamente que aquele terreno estava, em larga medida, na mão dos Bancos. Os Bancos não concordaram com a caducidade, argumentaram juridicamente e foram para tribunal. Portanto, a situação atual da Quinta da Marquesa é de conflito, de jurisdição em termos de decisão judicial. Esta é a situação atual. Agora, o que é que pode vir a acontecer? O novo PDM olha para o espaço da Quinta da Marquesa e promove uma magnífica gestão do território. Está previsto um parque central, em redor do qual toda a urbanização se desenvolve. Mas trata-se de uma urbanização de alta qualidade. O que é que estamos à espera que aconteça? É que o PDM seja aprovado e, imediatamente a seguir, chamámos os Bancos e vamos tentar negociar. Ou seja, vamos tentar que os Bancos aceitem aquilo que está no PDM, que é infinitamente melhor do que aquilo que estava, e convencê-los que vão ganhar mais dinheiro com o que prevê o novo PDM do que com os 800 000 metros quadrados que o alvará previa, que era uma construção semelhante à Tapada das Mercês. Trata-se de uma questão de qualidade, que beneficia toda aquela zona e que vai beneficiar imenso a qualidade de vida da Tapada das Mercês. A situação é esta, vamos ver o que vai acontecer. -----

--- Em relação aos Mercados, é o que temos feito. Olhe-se para o exemplo do Mercado de Queluz e a obra que lá foi feita. Vamos lá colocar uma Loja do Cidadão e, nesse momento, tudo vai mudar. Isso aconteceu noutros mercados onde já fizemos o mesmo. A Tapada das Mercês é um caso típico. Agora, o que não podemos fazer é pegar nos clientes e metê-los lá, quando existem supermercados com uma vocação diferente. -----

--- Relativamente às Lojas do Cidadão, as filas são desagradáveis, é verdade. Agora, imagine-se que não existiam estas Lojas do Cidadão, para onde é que as pessoas iam? -----

--- O **Deputado António Branco Nunes**, do **CDS-PP**, referiu: Venho reforçar algo que já disse no passado, mas também, de alguma forma, secundar algumas palavras que já foram proferidas hoje pelo deputado André Beja. Segundo artigo do Sintra Notícias e das redes sociais, a Câmara de Sintra teria deixado de usar

o pesticida glifosato recentemente, tendo passado a utilizar o ácido pelargónico. Queria, em meu nome, em nome do CDS-PP, de todos os que aqui nesta Assembleia referiram esta questão, e em nome dos cidadãos de Sintra, demonstrar o nosso agrado se tal tivesse ocorrido. Poupar-se-iam 18 novos dramas de 18 novos casos por ano do tal tumor maligno que eu falei anteriormente, o *linfoma de hodgkin*, e poupar-se-iam os nossos animais de estimação. Sabemos que o produto se manterá nos solos e águas durante anos e acabando no mar, mas seria o primeiro passo. Recentemente saiu uma notícia num jornal, ainda referindo o glifosato, que dava conta que se encontrou este produto em alguns cereais que por norma comemos ao pequeno almoço, sendo este produto altamente cancerígeno. Regozijar-me-ia com este passo, mas quero deixar uma sugestão para o futuro: considerando que o glifosato será substituído pelo tal ácido pelargónico, sendo que este também tem a função de inseticida, que o próximo passo seja promover a exclusão deste produto na erradicação de ervas daninhas. Este produto tem nas suas advertências a seguinte recomendação: “Perigoso para as abelhas. Para a proteção das abelhas e de outros insetos polinizadores, não aplicar este produto durante a floração das culturas”. Estamos a assistir à maior extinção de sempre de insetos e utilizar este produto é contribuir para dizimar ainda mais a população de insetos polinizadores. Até há pouco tempo pensava-se que a humanidade poderia sobreviver apenas 4 anos após o desaparecimento destes mesmos insetos. A verdade poderá ser um pouco diferente, mas não será muito positiva. A maioria dos frutos necessita de polinização, a maioria dos cereais não. Os cereais são responsáveis pelo fornecimento de 43% de energia à humanidade, que poderiam manter-se com a extinção dos insetos polinizadores, mas deixaríamos de ter a maioria dos frutos e vegetais, as maiores fontes de vitamina que neste momento temos, deixando de ter os restantes 57% de energia. Parte da população mundial poderia morrer de fome, sendo que a restante ver-se-ia privada de vitaminas, que ausentes, podendo não matar, seriam fonte de doença crónica, como diversos tipos de anemia, alterações na visão, alterações na estrutura óssea, e por aí fora. Somos um país pequeno, apenas com 1/700 da população mundial, com um dos PIB mais baixos entre os 37 países da OCDE. Podemos contar pouco do ponto de vista do bolo económico mundial, mas podemos ser exemplo para países que consideramos irmãos. Por podermos ser essa fonte de inspiração para esses países irmãos, deveríamos regressar à monda mecânica e à monda térmica, ou a outra alternativa não lesiva para a saúde humana, ou com consequências nefastas para a sociedade, e apenas onde fosse imprescindível. -----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Quero apenas fazer uma reflexão melancólica sobre isto: É que este produto está autorizado e é biológico. Estávamos convencidos que era uma coisa muito avançada e boa para a saúde. Agora, se também não é, vamos ter aqui um grande embaraço. -----

--- Foi submetido a apreciação o **Ponto 3** da Ordem de Trabalhos: **Deliberar sobre a transferência das novas competências, nos termos da respetiva proposta**. Proposta nº 513-P/2019. -----

--- A **Líder do PSD, Deputada Ana Isabel Pais Pacheco Valente**, referiu: Vamos votar favoravelmente esta proposta, mas não posso deixar de expressar o meu desapontamento, e da bancada que represento, pela forma como o Governo tratou todo este dossier. O PSD firmou um acordo com o Partido Socialista que previa a reforma da descentralização, que inclui a revisão da Lei das Finanças Locais e consequentes envelopes financeiros associados a cada autarquia local, com a identificação das verbas por áreas de competências, o que não foi cumprido e deveria estar concluído até ao final da sessão legislativa que

terminou em julho de 2018. Também nesse acordo ficou acordada a consagração do princípio do gradualismo, para que todas as autarquias locais assumam as novas competências até 2021, sendo permitido a rejeição da transferência com efeitos nos anos de 2019 e 2020. Nada, porém, tem andado como foi acordado. Apoiamos sem reservas a descentralização e, por isso, apoiamos este acordo com o Partido Socialista. Além do mais, entendemos que esta é uma reforma que tem de ser abrangente e alargada a toda a sociedade portuguesa. Contudo, rejeitamos a desresponsabilização. O Governo tinha-se comprometido a ter tudo concluído em 2018 – há quase um ano – e, não só este prazo não foi cumprido, como também não cumpriu com a divulgação dos envelopes financeiros. Sem esta divulgação não se está a descentralizar, mas a passar para as autarquias a responsabilidade de oferecer às populações aquilo que não sabem se vão ter condições para o fazer. Serviços que, se não forem de qualidade, tal não possa ser imputado à administração central, estando-se, pois, a transferir o ónus. Senhor Presidente, ninguém melhor do que os autarcas – e eu já tive ocasião de dizer isto numa outra situação – conhece os reais problemas das pessoas, porque convivem com elas dia-a-dia e cara-a-cara, mas sem saberem qual o pacote financeiro associado à transferência, e até com alguns diplomas sectoriais ainda por publicar - o que é incompreensível dado o tempo decorrido - como podem planejar, programar ou avaliar? Não basta falar de descentralização, considera-la a reforma do século, a pedra angular da democracia. É preciso que ela seja feita, e só será a pedra angular da democracia se for efetivamente feita, o que não está a acontecer. Não é sem razão que a maior parte das autarquias, muitas delas lideradas pelo PS, não aceitaram a transferência das competências. Outras, mesmo sem saberem quantos ovos vão ter para as omeletes, lá as foram aceitando. O senhor Presidente, certamente, terá feito as suas contas, mas saberá aqui dizer em quanto é que terá de substituir mais uma vez ao Governo, agora, desta feita, no âmbito do protocolo? Pode dizer com segurança que o dinheiro que há de ser transferido vai chegar? Julgo que não, senhor Presidente, não pode. Só que nestas questões não deveria haver o “suponhamos que”! Contudo, compreendo as escolhas que fez. Na educação a Câmara já tem bastantes responsabilidades, verá acrescidas mais algumas e serão geríveis, julgo eu e assim espero, apesar das cautelas expostas no relatório quanto a este sector. No entanto, como também se lê no relatório, há uma prévia concertação com o Governo nesta matéria. Relativamente ao património, Sintra é Património Mundial. O património é um dos maiores tesouros deste concelho, sendo lógico e natural que queira guardar dele a chave. Mas não posso deixar de dizer – volto a repetir que vamos votar favoravelmente esta proposta – que também é nisto que se prova a ilusão da tão apregoada viragem da página da austeridade. Como vemos não passa de um slogan, porque no que verdadeiramente interessa a resposta é: não há dinheiro! -----

--- O Líder do CDS/PP, **Deputado Maurício Veríssimo Rodrigues**, referiu: O relatório do Grupo de Missão sobre os diplomas concretizadores da transferência de competências do Estado para o Município de Sintra é um documento válido e de apreciação exaustiva, espelhando as possibilidades e dificuldades de concretização das mesmas. Uma vez que o Governo não apresentou qualquer relatório sobre a transferência e delegação de competências levado a cabo nestes últimos anos, bem como pela atual Lei nº 50/2018, revelando as principais fragilidades e as principais virtudes, as conclusões do Grupo de Missão foram sensatas e prudentes na apreciação geral da situação concreta do Município de Sintra, pois foi feita uma avaliação exaustiva à capacidade efetiva do município no cumprimento das novas competências, assegurando a verificação se o município dispõe ou não dos recursos financeiros, materiais e humanos necessários ao pleno cumprimento dessas novas funções, salvaguardando que o exercício pelo município destas novas competências não diminui a capacidade de execução das competências tradicionais que lhe

estavam atribuídas, nem da respetiva cabimentação, garantindo ainda que o exercício das novas competências ora aceites vai corresponder a uma melhoria do serviço público prestado aos munícipes. É preciso garantir que a autarquia disponha de meios financeiros suficientes para o desempenho das atribuições que lhe estão constitucional e legalmente atribuídas. Sabemos que o processo de transferência das novas competências não proporciona o detalhe mínimo necessário a uma avaliação fidedigna da componente financeira. Desta forma, decidiu este executivo aceitar a transferência de competências no domínio da educação, através do decreto-lei nº 21/2019, de 30 de janeiro; e no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização, este previsto no decreto-lei nº 106/2018, de 29 de novembro, por considerar que estão reunidas as condições para a aceitação destas competências, determinando que passe a ser imputado à autarquia a responsabilidade da prossecução das mesmas, devendo corresponder a uma melhoria da respetiva atividade prestacional na satisfação das respetivas necessidades coletivas. Só com o resultado de impacto efetivo das atribuições aceites na qualidade dos serviços públicos, saberemos se estaremos perante uma descentralização do poder de decisão, ou perante numa mera transformação da Câmara Municipal de Sintra em serviços de manutenção local ou tarefeiros do Estado ou de uma qualquer direção-geral, porque uma coisa é a descentralização, e outra é a desresponsabilização de funções que cabem ao Estado central e que só este as deve prestar. Iremos ver o resultado disto, mas, de qualquer forma, iremos votar favoravelmente a proposta. -----

--- O **Líder da CDU, Deputado Jacinto Higino Domingos**, referiu: Não vou gastar muito tempo nesta minha intervenção porque, efetivamente, já falei aqui desta matéria muitas vezes, inclusive, até já apresentamos documentos, pelo que não vou repetir algo que já referi anteriormente. No entanto, existem duas competências, principalmente uma delas pois está relacionada com um problema que eu vivo, que é o decreto-lei nº 103/2018, de 29 de novembro, que concretiza o quadro de transferências de competências no domínio do apoio aos Bombeiros Voluntários. Sabemos hoje que a maioria dos apoios monetários aos bombeiros advêm das entidades municipais, sendo este um facto objetivo. Também reconheço que esta Câmara tem feito um grande esforço para chegar ao mesmo nível de outras por este país fora, relativamente ao valor dos apoios que atribui. Para quem não acompanha muito esta matéria, no concelho de Sintra e também noutros concelhos, foram criados os GIP'S – Grupos para Intervenção Permanente, mas existe outro grupo que é pago em 70% pela ANPC. E aqui vamos ter um dilema quando depois for obrigatória a aplicabilidade desta legislação. Veremos quando isso se concretizar se a Câmara irá assumir essa responsabilidade ou se, pura e simplesmente, esse grupo vai cair. Na altura logo veremos o ponto de situação, mas é uma preocupação que temos. Entendemos que este é um processo que visa desresponsabilizar o Governo central em muitas matérias que são polémicas, não estando estudado – se está não é do nosso conhecimento – quais as transferências financeiras que permitam assumir estas responsabilidades. Eu poderia elencar a lista das questões que tenho vindo a referir. Entendemos como necessário antecipar, para depois tratar da transferência de competências, o caso da Regionalização, a necessidade de rever a situação dos agrupamentos de freguesia, entre outras. -----

--- Para terminar, requeiro, ao abrigo do Regimento, que se proceda a votação separada o último parágrafo da parte deliberativa da proposta, referente ao domínio da educação. -----

--- O **Líder do BE, Deputado André Aurélio Marona Beja**, referiu: Relativamente ao processo de descentralização que deu origem a estas propostas, quero referir que somos muito críticos pela forma como o processo foi conduzido ao nível da Assembleia da República e, depois, como o Governo foi, pouco a pouco

e quase timidamente, apresentando os diplomas que concretizam a descentralização, ficando muitas coisas por esclarecer. Até ficamos com ideia que este arranjinho entre o PS e o PSD tenha mais de estruturação do que descentralização, e que foi uma forma de não se discutir uma descentralização séria para o país com a reforma da regionalização, ou outra, sendo que o essencial ficou por discutir. De facto, as questões do pacote financeiro que acompanham a transferência de competências são grandes, não são claras e tememos que aquilo que hoje é uma realidade possa, com o passar do tempo e com a perda de memória, vir a ser outra e as câmaras ficarem um pouco reféns de competências e de orçamentos que não têm. A questão da memória também é importante. Não podemos esquecer que – e quando estudamos a proposta isso já fica patente – a Câmara de Sintra já tem uma série de competências na área da educação, que assumiu desde 2009. Na altura eu estava na Assembleia Municipal e na AML, e discutimos isto com alguma profundidade, sendo que, curiosamente, algumas das perguntas que se colocam hoje são as mesmas daquele período, quando isto foi negociado e aceite pela Câmara de Sintra de gestão PSD/CDS. Portanto, hoje o PSD e do CDS colocam questões, põem dúvidas e até manifestam algum temor, mas na altura aceitaram. Alguns dos receios que na altura levantámos e que subsistiam em interrogações que ficaram no ar, referem-se a situações que ainda hoje estão por cumprir, nomeadamente, no que concerne ao facto de haverem algumas escolas em que a administração central nunca forneceu verbas para a sua recuperação. Esperemos que com a descentralização que aí vem e com o reforçar de competências na área da educação, isto não aconteça, que as verbas cheguem e que a Câmara de Sintra e os seus autarcas não se arrependam desta decisão. Quanto à decisão de rejeitar a maior parte das competências que se pretende descentralizar, parece-nos uma decisão sensata da Câmara de Sintra. De facto, não haverá condições para recebê-las e a ideia de prestação de serviço público da câmara seria muito alterada e, na nossa opinião, muito atomizada se fossem aceites. Aceitar competências na área da educação, competências essas que na sua maior parte a câmara já tem, acrescentando outras que até permitem uma melhor gestão do património, uma melhor gestão na rede escolar e até melhores oportunidades de utilização dos equipamentos escolares pela comunidade, parece-nos uma decisão interessante e, por isso, acompanhamos. Em relação ao património degradado, é claro que também acompanhamos. Existem alguns edifícios que estão ao abandono e que poderão ter uma melhor utilização. Há pouco o senhor Presidente da Câmara disse que os edifícios da câmara ou são utilizados, ou são vendidos. Não somos da opinião que devam ser vendidos assim tão facilmente, mas devem ser recuperados e utilizados para benefício da comunidade e, certamente, não faltará utilização a dar-lhes. Por tudo isto, iremos, com reservas e preocupações, aprovar esta proposta, mas queremos deixar as nossas dúvidas e relembrar que no passado já tivemos situações que ficaram sem resposta, não sendo claro que tudo isto possa correr bem.-----

--- O **Presidente da Câmara, Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca**, referiu: Não vamos discutir aqui os fundamentos da descentralização e o que foi feito porque, só por si, isso dava para uma reunião só para essa matéria. O que temos de discutir, perante a lei que existe e as decisões que foram tomadas, qual a posição que a Câmara assume. E, desde o início, tivemos um cuidado enorme com esta matéria, tal como temos com tudo, mas com a descentralização tivemos um cuidado muito particular. Por quê? Porque entendemos que só devemos aceitar competências em que tenhamos a certeza ou, pelo menos, um alto grau de probabilidade, de poder exercer com eficácia e com dignidade. Se tivéssemos verificado que não havia possibilidade para exercer essas funções dessa forma, não podíamos aceitar essas competências, nem agora, nem em 2021. Porque em 2021 somos obrigados a aceitar, mas se entendermos que não temos competência e capacidade de o fazer, não o deixaremos de dizer com a clareza que estas matérias impõem.

A Câmara Municipal quando aceita exercer competências tem a consciência que tudo fez para garantir que as mesmas vão ser, pelo menos, tão bem exercidas como eram pelo Governo. E foi por isso que nomeamos uma comissão, coordenada pelo Dr. Paulo Gomes, que fez um trabalho exaustivo em relação aos serviços da câmara, um a um, sobre o impacto que cada decreto-lei tem nos nossos serviços: primeiro, em termos de recursos humanos; segundo, em termos de recursos financeiros; terceiro, em termos de influência e efeitos que tem na organização interna da câmara. Estes aspetos foram analisados com enorme detalhe, tendo sido produzido – como já foi aqui dito – um magnífico relatório. Desse trabalho exaustivo resultou que podíamos receber a educação – e já vamos ver porquê – e o imobiliário. Mas o imobiliário abandonado, desde que haja possibilidade de financiamento europeu e haja uma comunicação prévia que assegure um controlo razoável por parte da autarquia. Porque não chega recebermos a superfície, investirmos milhões de euros e aquilo não nos pertencer. Isso está fora de causa. Portanto, recebemos a competência com esta ressalva e com esta intenção: financiamento europeu e controlo da autarquia sobre o imobiliário onde vamos fazer os investimentos. -----

--- Quanto ao problema da educação, já foi aqui dito que muito já estávamos nós a fazer. Verificámos, rúbrica a rúbrica - água, gás, transportes, refeições, –, quanto é que o ministério quer transferir e quanto é que a câmara tem gasto. O ministério dispõe-se a transferir cerca de 28 milhões de euros, e nós entendemos que, perante as contas totais, que temos repetidas e vistas várias vezes, esta verba é suficiente para assegurarmos esse domínio. Parte dessas verbas já estamos a gastar. Suponho que o voto contra da CDU tem muito a ver com as obras que estamos a fazer nas escolas do Estado, porque, de outra maneira, não se entende. Se decidimos rúbrica a rúbrica e sabemos o que gastamos, é natural e normal que possamos receber essas competências. Para dar uma ideia, em termos de pessoal e despesa, o domínio da educação significará um aumento de 394 trabalhadores e, em relação ao pessoal, 4,862 milhões de euros. É quanto custará. Os 28 milhões de euros que são transferidos obviamente que paga esta despesa que crescemos. Depois temos as verbas para os investimentos nas escolas, que também já estamos a fazer, sendo que se vier o dinheiro do Ministério da Educação, nós não seremos sobrecarregados, antes pelo contrário, até é possível que sejamos aliviados. Mas eu não quero dizer isto porque depois a comissão pode pensar que estão a dar dinheiro a mais, quando não estão. Mas também não estão a dar dinheiro a menos. Realmente aqui há um equilíbrio de gestão. Em relação às restantes matérias, que podemos aceitar ou não, temos 181 novos trabalhadores e um encargo anual estimado de cerca de 2,5 milhões de euros. -----

--- Portanto, em relação à educação está assim. Em relação à saúde, que é outro peso importante nesta matéria, infelizmente não está assim. O estudo foi feito e temos um défice de 1 milhão de euros. E, como se vê, não está aqui prevista a transferência. -----

--- Aquelas transferências que aqui estão propostas são aquelas que temos a garantia, se for cumprido aquilo que está prometido, que podemos respeitar e cumprir bem as decisões que aqui estão vertidas. -----

--- Quanto ao problema dos Bombeiros, efetivamente não aceitamos a proposta de descentralização. E não aceitamos por um motivo muito particular: é que estamos a realizar – tal como o Deputado Jacinto Domingos já reconheceu - um forte investimento nos Bombeiros. A descentralização permite que algum desse apoio que estamos a dar passe a ser dado pelo Estado. Portanto, se aceitássemos agora, íamos perder injustamente na transferência o dinheiro que já estamos a dar. Para o próximo ano o dinheiro vem, e a parte correspondente que agora estamos a investir nos Bombeiros será canalizada para investir noutra coisa. Não seria normal que estivéssemos a aceitar um encargo que nos iria dar prejuízo ou, pelo menos, que ia obviar a que o Estado cumprisse a sua missão ao dar a verba que tem que dar. -----

--- Fundamentalmente, é esta a filosofia que estamos a seguir. Em cada uma das rúbricas há um cuidado

muito particular em saber o que está a acontecer. Na educação, pelas informações que temos, podemos cumprir bem. E, se me é permitido, até acho que vamos cumprir bastante melhor do que o Governo está a fazer. -----

--- Agora, antes de tudo isto, há algo que não vamos agora discutir aqui, que é o próprio conceito de descentralização. Quando dava aulas na faculdade sobre esta matéria dizia que a grande diferença entre descentralização e desconcentração, é que a descentralização implica sempre a transferência de poderes decisórios, sendo que a desconcentração não aplica. A desconcentração é uma forma de organizar a centralização. No caso dos atos executivos, não se fala em desconcentração porque isso implica a manutenção da relação hierárquica. E, neste caso, a relação hierárquica não se mantém. Ou seja, mesmo nos atos de execução, a prática dos mesmos fica subordinada à hierarquia da câmara, e não do governo.--

--- Só por curiosidade, quero referir que o Conselho da Europa, de 7 em 7 anos, faz fiscalizações aos Estados Membros que assinaram a Convenção Europeia da Autonomia do Poder Local. São 14 itens que são fiscalizados pelo Conselho da Europa, que depois faz um relatório, que é politicamente muito importante porque é votado no plenário do congresso. Desta vez a fiscalização começou por Sintra. Tivemos aqui o Conselho da Europa ao mais alto nível, a Associação Nacional de Municípios, a ANAFRE e, portanto, a palavra dos municípios para o relatório do Conselho da Europa foi dada aqui em Sintra. Foram debates muito interessantes, sendo que o primeiro debate foi precisamente sobre a descentralização. E se compararmos a última avaliação que fizeram há 7 anos com este, o progresso é enorme. Obviamente que não é perfeito e que podemos vir aqui fazer críticas – aliás, fi-las na altura própria e no sítio próprio – mas a verdade é que há passos que têm e devem ser dados, com todo o cuidado e com todo o rigor. O que é importante e decisivo é que a descentralização sirva as pessoas, que signifique um estado melhor e com melhor eficácia na prestação de serviços, com custos mais baixos. Este é o grande objetivo. Se Sintra conseguir alcançar esses objetivos, então aceitamos a descentralização. Se não formos capazes, podemos ser forçados a isso - com constitucionalidade muito duvidosa em relação á autonomia do poder local - mas não deixaremos de avisar as nossas comunidades da situação em que nos encontramos. É isto que está em presença e que propomos que seja votado. -----

--- Não havendo mais inscrições, o Presidente da Assembleia colocou à votação, separadamente, a proposta em apreço. -----

--- **Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: Deliberar sobre a transferência das novas competências, nos termos da respetiva proposta.** Proposta nº 513-P/2019. -----

--- **1 - Não aceitação** da transferência das competências no ano 2020 relativamente aos seguintes diplomas e respetivas áreas materiais (embora sem prejuízo do cumprimento das disposições legais imperativas que deles decorram(...)).-----

--- **2 – Aceitação** da transferência das novas competências relativamente aos seguintes diplomas e respetivas áreas matérias: -----

- **Decreto-lei nº 106/2018**, de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização). -----

--- **VOTAÇÃO:**-----

--- Votos a favor: 41 -----
 --- Votos contra: 00 -----
 --- Abstenções: 00 -----

--- **Aprovado por unanimidade.** -----

--- **2 – Aceitação** da transferência das novas competências relativamente aos seguintes diplomas e respectivas áreas matérias (...): -----

- **Decreto-lei nº 21/2019**, de 30 de janeiro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação). -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 39 (PS; PSD; CDS-PP; BE; MPT; PAN) -----
 --- Votos contra: 02 (CDU) -----
 --- Abstenções: 00 -----

--- **Aprovado por maioria.** -----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto **4** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a 3.ª revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2019 da Câmara Municipal, nos termos da respetiva proposta** Proposta nº 503 A-P/2019. -----

--- Não havendo inscrições, o Presidente da Assembleia colocou à votação o assunto em apreço. -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 30 (PS; CDU; BE; PAN; MPT; 1 PSD; 1 CDS-PP) -----
 --- Votos contra: 00 -----
 --- Abstenções: 11 (6 PSD; 4 CDS-PP; MPT) -----

--- Esta proposta foi **aprovada por maioria.** -----

--- Foi submetido a apreciação o Ponto **5** da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar a repartição de encargos e respetiva assunção de compromissos plurianuais de despesa inscritos nas rubricas das Grandes Opções do Plano e Orçamento, nos termos da respetiva proposta** Proposta nº 504 A-P/2019. -----

--- Não havendo inscrições, o Presidente da Assembleia colocou à votação o assunto em apreço. -----

--- **VOTAÇÃO:** -----

--- Votos a favor: 41 -----
 --- Votos contra: 00 -----

--- Abstenções: 00 -----

--- Esta proposta foi **aprovada** por **unanimidade**. -----

-- Nos termos do Art. 57º, n.ºs 3 e 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, Art. 34º, nº 6 do Código do Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 6ª sessão extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas (**doc. nº 4**).-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas 23h15m.-----

--- Por ser verdade se elaborou a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários da Assembleia Municipal de Sintra.-----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

A 2ª SECRETÁRIA

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



Grupo Político Municipal do Partido Socialista

Voto de Pesar pelo falecimento de José Estrela Duarte

Presidente da Junta da União de Freguesias do Cacém e São Marcos

No passado dia 12 de junho, deixou-nos o autarca e amigo, José Estrela Duarte.

José Estrela Duarte, nasceu no dia 23 de fevereiro de 1949, na freguesia do Cercal, concelho de Santiago do Cacém, tendo escolhido como sua terra e há mais de 20 anos, a freguesia de São Marcos. Foi Analista de Crédito do Instituto Luso-Fármaco entre 1963 e 1969, desempenhou vários cargos de direcção na Philips entre 1970 e 1991 e foi ainda Gestor da Qualidade / Automation Manager Human Resources & Communication da Origin Taguspark e Origin Portugal, entre 1994 e 2000, ano em que se reformou.

Em São Marcos, foi dirigente associativo durante vários anos, tendo assumido a presidência da Assembleia Geral da Associação Amigos de São Marcos.

Autarca do Partido Socialista da cidade de Agualva-Cacém desde 2001, assumiu a Presidência da Junta de Freguesia da União de Freguesias do Cacém e São Marcos de 2013 até ao dia que em nos deixou.

Um autarca dedicado à sua terra, que tanto estimava.

Homem dedicado às suas gentes, a quem sempre ofereceu uma palavra de conforto.

Bom ouvinte. Tinha essa enorme capacidade. Saber ouvir. Escutava, todos aqueles que por diversas razões o procuravam ou o abordavam, quando com ele se cruzavam. Dotado de uma enorme sensibilidade, deixava-se facilmente contagiar e envolver, pelos inúmeros problemas com que diariamente se confrontava na sua vida de autarca, reagindo sempre com a mesma interrogação "Como podemos ajudar?"

Terminava, deixando o alento da garantia e do compromisso "ajudaremos naquilo que pudermos".

Noutras muitas outras ocasiões, simplesmente ouvia, quando os que o instavam, só precisavam de alguém que os escutasse. E com a sua incansável paciência dava conforto, escutando.

José Estrela Duarte foi um autarca que serviu de forma exemplar a causa pública, com elevado espírito humanista e altruísta. Solidário com o próximo. Homem genuíno, frontal, irreverente e inesperado, não se privava de dizer o que pensava e sentia, sem temer nada nem ninguém, granjeando por esse motivo, o respeito e admiração de todos os quadrantes políticos.



Grupo Político Municipal do Partido Socialista

A comunidade do Cacém e São Marcos, a cidade de Agualva- Cacém, devem-lhe muito. Mesmo nos momentos de maior debilidade física, permaneceu firme e confiante, não desistindo de fazer aquilo que tanto gostava. Servir a sua terra e as suas gentes.

Foi nos últimos anos um lutador, um exemplo de força, persistência e determinação, que brotavam da sua enorme vontade de viver. E como ele gostava de viver!

Partiu um homem bom e um bom amigo. Um dedicado marido. Um orgulhoso pai. Um extremoso avô.

Tal como na vida, onde surpreendia sempre, quis o destino que partisse de igual forma, inesperadamente, sem aviso prévio, sem nos dar a oportunidade de uma despedida.

Amigo e camarada Estrela. Em nome de todos os eleitos do PS desta Assembleia Municipal, queremos agradecer-te a grande caminhada que fizemos e os bons momentos que partilhaste connosco. A tua força, determinação e humanismo, serão sempre para nós, autarcas socialistas, fonte de inspiração.

Imbuídos desses valores que nos transmitiste, iremos continuar a servir aqueles que em nós confiaram, honrando desta feita, a tua memória.

Presidente Estrela. Já sentimos a tua falta.

Até sempre, amigo Zé.

O Grupo Político Municipal do PS, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do nosso estimado amigo e autarca, José Estrela Duarte, endereçando a todo os eleitos da União de Freguesia do Cacém e São Marcos e, sobretudo, à sua família - sua esposa, filhas e netos - as nossas sentidas condolências, solicitando a realização de um minuto de silêncio em sua homenagem e memória.

O Grupo Político Municipal do PS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINTRA

MOÇÃO

Pela suspensão do Projeto de Revisão do Regulamento de Trânsito e Estacionamento de Sintra

Encontra-se em consulta pública o Projeto de Revisão do Regulamento de Trânsito e Estacionamento de Sintra, com aviso publicado no DR a 29 de maio (DR 2ª Série, Nº103 - 29 de maio de 2019), e que prevê, entre outras medidas, a introdução de novas Zonas de Estacionamento de Duração Limitada pagas.

A discussão pública deste documento antecede a apresentação do Plano de Mobilidade para o Concelho de Sintra, em elaboração e que a Câmara Municipal de Sintra tem indicado que será apresentado ainda em 2019.

A discussão desta proposta neste momento, em que ainda não foi apresentado um plano alargado para todas as dimensões de mobilidade, na qual se enquadra o trânsito e estacionamento, inverte a lógica de criação de um Plano de Mobilidade amplo e abrangente, pelos condicionamentos que esta proposta pode implicar.

Considerando que:

- a) A circulação automóvel e o estacionamento são parte integrante, e bastante significativa, da mobilidade do Concelho de Sintra;
- b) A promoção da mobilidade sustentável e integrada com uma rede de transportes públicos capaz de responder às necessidades de todos os habitantes, trabalhadores e utentes dos serviços do Concelho, é um fator essencial para a qualidade de vida;

- c) Estão a ser promovidas alterações em todo o Concelho para melhorar o acesso aos transportes públicos, devendo ser privilegiada a aposta em interfaces funcionais e eficientes, que integrem vários tipos de meio de transporte, com primazia à promoção da utilização de transportes alternativos ao automóvel;
- d) A discussão da estratégia de mobilidade e a implementação de medidas concretas que permitam a deslocação de munícipes em transporte público para as zonas onde se quer implementar ou reforçar o estacionamento pago deve ser prévia à implementação de medidas de taxação, garantindo a existência de uma verdadeira alternativa ao transporte individual.
- e) O estado de emergência climática exige uma intervenção firme e coerente, a todos os níveis da decisão política e de todas as esferas da vida pública, para promover a sustentabilidade ambiental, em muito afetada por hábitos e condições de mobilidade responsáveis;

Considerando ainda que algumas das medidas propostas - como ajustes pontuais na circulação ou recolha de viaturas abandonadas - não condicionam uma estratégia de mobilidade, podendo ser postas em prática antes da aprovação do plano municipal de mobilidade.

A Assembleia Municipal de Sintra, reunida a 19 de Junho de 2019, por proposta do Bloco de Esquerda, delibera:

1. Recomendar ao Executivo que suspenda a consulta pública do Projeto de Revisão do Regulamento de Trânsito e Estacionamento de Sintra, publicado no DR a 29 de maio (DR 2ª Série, N°103 - 29 de maio de 2019);
2. Manifestar-se favorável a que esta proposta seja integrada e discutida no âmbito do Plano de Mobilidade para o Concelho de Sintra.
3. Reiterar o princípio de que qualquer medida de criação ou reforço de zonas de estacionamento pago só seja decidida após estarem implementadas alternativas concretas de transporte público.

Se aprovada, esta proposta deverá ser enviada à Câmara Municipal de Sintra, a todas as Assembleias e Juntas de Freguesia do Concelho de Sintra e à Empresa Municipal de Estacionamento de Sintra (EMES).

Sintra, 19 de Junho de 2019
O eleito e a eleita do Bloco de Esquerda
André Beja, Marisa Laneiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Moção

Voto de protesto pela redução de comboios na linha de Sintra no período de verão

A CP anunciou que irá cortar serviços na linha de Sintra entre 23 de Junho e 7 de Setembro, alegando redução da procura na sequência do fim das aulas. Considerando que

- 1- Serão suprimidos vários comboios da ligação Mira Sintra Meleças – Rossio - levando a um aumento dos tempos de espera para os utentes.
- 2- Serão encerradas bilheteiras durante largos períodos de tempo, dificultando e tornando mais morosa a compra de títulos de transporte e obtenção de informações;
- 3- No verão passado já foi ensaiado um corte temporário de serviços, com enormes transtornos para utentes. O que então foi anunciado como exceção e justificado com dificuldades relacionadas com infraestrutura e material circulante, começa a parecer método.
- 4- Embora o fim do período de aulas traga uma redução do afluxo de passageiros, muitos milhares de munícipes continuam a necessitar de transportes para as suas deslocações diárias e vêm posto em causa o seu direito à mobilidade
- 5- Nesta altura do ano há um grande aumento da procura por turistas que, diariamente, fazem o trajeto entre Rossio e Sintra.

Considerando ainda que esta é uma medida ambientalmente errada e inversa à lógica de promoção do transporte público, uma vez que a redução da oferta desincentiva a procura por quem pode usar o automóvel e penaliza quem não tem alternativa para se deslocar ou escolhe fazer uma escolha ambientalmente responsável.

Assim, a Assembleia Municipal de Sintra, reunida a 19 de Junho de 2019, por proposta do Bloco de Esquerda delibera:

1. Manifestar o seu repúdio pelo corte de comboios e encerramento de bilheterias nos meses de Julho, Agosto e Setembro
2. Exigir que a medida seja revogada;
3. Exigir o reforço de comboios entre Sintra e Rossio aos fins de semana e fora das horas de ponta para reduzir tempos de espera dos utentes regulares e responder ao aumento da procura por parte dos turistas.
4. Exigir ao governo a tomada de medidas de urgência para começar a reverter as consequências catastróficas de anos de desinvestimento na manutenção da via férrea e do material circulante, bem como nos recursos humanos, que se traduziu, só neste ano, em centenas de comboios suprimidos, milhares de horas de atrasos para utentes e enormes prejuízos para a economia e ambiente.
5. Reconhecer e saudar o empenho da Câmara Municipal de Sintra junto da CP e da empresa Infraestruturas de Portugal (IP) na defesa dos interesses dos e das utentes da linha de Sintra.
6. Enviar esta moção ao Governo, aos partidos com representação parlamentar, ao Conselho Metropolitano de Lisboa, às Assembleias e Executivos Municipais da Amadora, Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira e Azambuja e às administrações da CP e da IP.

Sintra, 19 de Junho de 2019

O eleito e a eleita do Bloco de Esquerda

André Beja

Marisa Laneiro



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DOC. N.º 4

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Textos aprovados em minuta)

--- No dia dezanove do mês de junho de dois mil e dezanove, reuniu no Palácio Municipal Valenças, a Assembleia Municipal de Sintra, na sua 3ª Sessão Ordinária, convocada nos termos do Artigo 27º e nº 3 do Artigo 49º do RJAL aprovado pela Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 2 do Artigo 27º e Artigo 31º do Regimento.-----

--- Nos termos do Art. 57º, nº 4 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, Art. 34º, nºs. 4 e 6 do Código de Procedimento Administrativo e da deliberação tomada na 6ª sessão extraordinária, realizada em 6 de novembro de 2017, a Assembleia aprovou em minuta os textos das deliberações tomadas.-----

--- PERÍODO ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

PS - Voto de Respeito pelo falecimento de José Estrela Duarte - Presidente da Junta da União de Freguesias do Casim e S. Marcos - Aprovado por unanimidade
BE - Moção - pela suspensão do Projecto de Revisão do Regulamento de Trânsito e Estacionamento de Sintra - Rejeitada por maioria com os votos:
Contz - PS
Abstencas - CDS-PP; PAN
A favor - BE, PSD, CDU, MPT
BE - Voto de Protesto pela redução dos combustíveis na Jilha de Sintra no período de Verão - Aprovado por unanimidade

--- ORDEM DE TRABALHOS:-----

--- Ponto 1.b) da Ordem de Trabalhos: **Apreciar e votar:**-----

- Ata n.º 03/19 referente à 1ª sessão ordinária realizada em 21 de fevereiro de 2019;-----

--- Aprovada por UNANIMIDADE-----

--- Ponto 3 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 513-P/2019) - **"Deliberar sobre a transferência das novas competências, nos termos da respetiva proposta"**.-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação, separadamente, a proposta em apreço.-----

--- **1 - Não aceitação** da transferência das competências no ano 2020 relativamente aos seguintes diplomas e respetivas áreas materiais (embora sem prejuízo do cumprimento das disposições legais imperativas que deles decorram)(...).-----

--- **2 - Aceitação** da transferência das novas competências relativamente aos seguintes diplomas e respetivas áreas matérias:-----



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL



SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- **Decreto-Lei nº 106/2018**, de 29 de novembro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização).-----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 41 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADO por UNANIMIDADE. -----

--- **2 – Aceitação** da transferência das novas competências relativamente aos seguintes diplomas e respetivas áreas matérias(...): -----

- **Decreto-Lei nº 21/2019**, de 30 de janeiro (Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação).-----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 39 (PS-PSD-CDS-PP-BE-MPT-PAN) -----

--- Votos contra: 2 (CCDU) -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADO por MAIORIA. -----

--- Ponto 4 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 503 A-P/2019) – “Apreciar e votar a 3.ª revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2019 da Câmara Municipal, nos termos da respetiva proposta”.-----

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 30 (PS-CDU-BE-PAN-MPT-1 PSD-1 CDS) -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 11 (6 PSD-4 CDS-MPT) -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por MAIORIA. -----

--- Ponto 5 da Ordem de Trabalhos: (Proposta nº 504 A-P/2019) – “Apreciar e votar a repartição de encargos e respetiva assunção de compromissos plurianuais de despesa inscritos nas rubricas das Grandes Opções do Plano e Orçamento, nos termos da respetiva proposta”.-----





SINTRA
CÂMARA MUNICIPAL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

--- Após apreciação e discussão o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o assunto em apreço: -----

--- VOTAÇÃO: -----

--- Votos a favor: 41 -----

--- Votos contra: 0 -----

--- Abstenções: 0 -----

--- Esta Proposta foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

--- Sintra, 19 de junho de 2019. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sérgio Sousa Pinto

A 1ª SECRETÁRIA

Lina Maria Pimenta Venâncio Santos Andrês

A 2ª SECRETÁRIA

Cláudia Sofia Monteiro da Silva



PATRIMOINE MONDIAL
WORLD HERITAGE
PATRIMONIO MUNDIAL